



Educação Tranforma

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - v.7 n.4 – abril 2025 – Mensal

Modo de acesso: <http://revista.unificada.com.br/>

e-ISSN: 2675-1186

Data de publicação: 30/04/2025

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário – CRB/8 8090

Responsável Intelectual pela Publicação
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - FAUESP





UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

v.7 n.4 – abril de 2025 – Mensal

Bibliotecário Renato Moreira de

Oliveira – CRB/8 8090

e-ISSN: 2675-1186

Editoração: SL Editora

Supervisão: Neusa Sanches Limonge

Publicada em: 30/04/2025

DIREÇÃO

DIREÇÃO ACADÊMICA

Prof: MSc Claudineia Lopes

DIREÇÃO FINANCEIRA

Prof: Esp: Sylvia Storniollo

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

CONSELHO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

Prof: MSc Claudineia Lopes (FAUESP)

Prof: Esp: Sylvia Storniollo (FAUESP)

Prof. Dr. Marcos Rogério Costa (FAUESP)

Prof. Dr. Gladson Cunha (Fabra/PUC-Rio)

Prof. MSc. José Ivanildo (FAUESP)

Prof. MSc. Marcos Roberto dos Santos
(FAUESP)

EDITORIAL

A divulgação científica é o meio de popularizar o conhecimento produzido nas faculdades e universidades mundo a fora. É também uma forma de interação entre os espaços acadêmicos, muitas vezes, percebidos como espaços elitizados e distantes da realidade pública.

Pensando nessas duas situações é que nós, da FAUESP, estamos apresentando a sociedade brasileira a Revista UNIFICADA, um periódico acadêmico de circulação mensal voltado para a divulgação ensaios, relatórios de pesquisas e artigos científicos num viés multidisciplinar.

Sendo o nosso objetivo divulgar, tornando público o conhecimento produzido por diversos meios e em diferentes perspectivas científicas, apresentamos artigos que englobam as áreas da Educação, Literatura e Direito.

Nós da FAUESP entendemos que a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, porém, que educar vai além da formação do aluno. Educar significa agir na transformação da realidade em que nos encontramos, de modo que possamos cumprir a nossa Missão:

“Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, se comprometendo com a justiça social, a democracia e a cidadania¹ além de promover a educação¹ visando o desenvolvimento sustentável do país”.

Boa leitura!

Dr. Gladson Cunha - Membro do Conselho



SUMÁRIO

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS05

INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS17

ENSINO DE LITERATURA: A POESIA E A ABORDAGEM DO TEXTO POÉTICO NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

CELANE DE SOUSA TOMAZ.....29

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL COM AUXÍLIO DA TECNOLOGIA

FRANCINE LOPES PINHEIRO40

MUDANÇAS CLIMÁTICAS REGIONAIS: IMPACTOS E ADAPTAÇÃO

MARIA DE LOURDES BARBOSA.....56

DIREITO APLICADO À EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

MARIA DE LOURDES BARBOSA.....67

COMPREENDENDO O AUTISMO: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO E PRÁTICAS INCLUSIVAS

MARIA DE LOURDES BARBOSA.....82

CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE E JOGOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SIMONE GONÇALVES FREITAS.....94

A NEUROPSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

SIMONE GONÇALVES FREITAS.....101

O PAPEL DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SIMONE GONÇALVES FREITAS.....108



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS

RESUMO: O artigo científico aborda a importância da inclusão da cultura afro-brasileira e indígena na educação, destacando a necessidade de valorizar e respeitar a diversidade étnico-racial existente no Brasil. O texto discute a necessidade de superar estereótipos e preconceitos, e promover uma educação que valorize as contribuições culturais e históricas desses grupos para a formação da identidade nacional. Além disso, o artigo também enfatiza a importância da implementação da Lei 11.645/08, que determina a inclusão obrigatória da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, como forma de combater o racismo e promover a igualdade racial. Em suma, o artigo ressalta que a educação inclusiva e respeitosa da diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Cultura Afro-brasileira; Povos Originários; Inclusão; Respeito.

INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira e indígena desempenha um papel fundamental na formação da identidade brasileira e no enriquecimento da diversidade cultural do país. Ao longo da história, essas duas culturas têm sido constantemente marginalizadas e subestimadas, mas nos últimos anos têm ganhado mais visibilidade e reconhecimento, em especial no contexto da educação.

Originalmente as abordagens a respeito do preconceito localizaram sua origem em processos psíquicos individuais. A falta de contato com membros dos grupos alvo do preconceito, o deslocamento de características reprimidas e projetadas e a rigidez psíquica foram algumas das teorias elaboradas no passado (MARTINEZ, 1996).

A presença e contribuição dos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira são fundamentais para compreender a riqueza cultural que caracteriza o país. Suas tradições, costumes, línguas, crenças e expressões artísticas se entrelaçam e influenciam diretamente a identidade nacional, mostrando a importância de incluí-las de forma mais significativa no contexto educacional.

Nesse sentido, a valorização da cultura afro-brasileira e indígena na educação é um passo essencial para promover a equidade, a diversidade e o respeito pela história e contribuição desses povos. Ao reconhecer e celebrar essa diversidade, a escola tem o potencial de promover a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual cada indivíduo se sinta representado e respeitado em sua identidade cultural.

Este trabalho busca, portanto, explorar a importância da cultura afro-brasileira e indígena na educação, destacando a necessidade de promover a inclusão e valorização dessas culturas no ambiente escolar. A partir de uma análise aprofundada, serão apresentadas reflexões, experiências e propostas que visam contribuir para a ampliação do conhecimento sobre esses povos e para a construção de práticas educacionais mais inclusivas e representativas.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA EDUCAÇÃO

A formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena na educação é um dos desafios mais importantes e urgentes que a sociedade brasileira enfrenta. Com uma história marcada pela colonização e escravidão, o Brasil possui uma diversidade cultural rica e única, que deve ser valorizada e respeitada nas salas de aula.

No entanto, a formação dos professores para lidar com essa diversidade nem sempre é eficaz. Muitos docentes não têm acesso a conteúdo e metodologias adequadas para abordar questões relacionadas à cultura afro-brasileira e indígena, o que acaba reproduzindo estereótipos e preconceitos dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, é fundamental que a formação docente inclua disciplinas específicas sobre a história, a arte, a religiosidade e as tradições dos povos afrodescendentes e indígenas. Além disso, os futuros professores precisam ser capacitados para lidar com as demandas e necessidades específicas desses grupos, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Porém, com o avanço da Psicologia, as relações sociais e a categoria social à qual o indivíduo pertence passaram a ser mais estudadas e, conseqüentemente, a explicação para o preconceito passou a colocar em relevo as relações de poder intergrupais no qual a coesão e estima de um grupo estariam relacionadas à manutenção de uma imagem desfavorável de outro grupo. Além disso, as explicações ideológicas para as diferenças sociais existentes se beneficiam dos conflitos culturais favorecendo o desenvolvimento de atitudes discriminatórias (CAMINO, 1996; LACERDA et al, 2002).

Para isso, é necessário repensar a maneira como a formação docente é organizada, incluindo itinerários formativos que contemplem a diversidade cultural do Brasil. Isso envolve a criação de parcerias com comunidades locais, organizações não governamentais e instituições de ensino superior, a fim de

promover a troca de experiências e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

A cultura e descendência africana representam um resgate de tradições religiosas e culturais, bem como as crenças, mitologias, dialetos, oralidade, músicas, entre outras possibilidades. A culinária, os jogos e as danças, como a capoeira, retratam a propagação da cultura dos negros, estimulando a participação positiva na sociedade, sem reduzir a história dessa população à escravidão (HORTA, 2010).

Além disso, é fundamental que as políticas públicas em educação incluam a formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena como uma prioridade. Isso inclui a criação de programas de capacitação continuada, a oferta de materiais didáticos e recursos pedagógicos específicos, e a promoção de debates e reflexões sobre as práticas educativas nos diferentes contextos escolares.

Por fim, a formação docente para trabalhar a cultura afro-brasileira e indígena na educação deve promover uma mudança de paradigma dentro das instituições de ensino, que reconheça a importância da diversidade cultural e combata o racismo e a discriminação. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham o direito de acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize as diferentes culturas que compõem o mosaico brasileiro.

COMO INCLUIR OS POVOS ORIGINÁRIOS EM AULAS NO ENSINO INTEGRAL

O ensino integral é um modelo educacional que busca garantir uma formação mais completa para os estudantes, ampliando o tempo de permanência na escola e proporcionando uma ação pedagógica mais integrada. No entanto, incluir os povos originários em aulas no ensino integral é um desafio

que requer uma abordagem cuidadosa e sensível, considerando a diversidade cultural e a história desses povos.

A partir da abolição, os escritores assumiram a necessidade de não reduzir os negros à mercadoria, defendendo a ideia de que o negro deveria ser tratado como cidadão nas histórias, mas em grande parte, especialmente na literatura adulta, os negros acabavam caracterizados como emergentes, animalizados, pela sexualidade, entre outros. Na literatura infantil, porém, a caracterização de princesas e heróis brancos ainda permanecia (ANDRUETTO, 2012).

De acordo com Jovino:

As resistências diante de discriminações, de modo que objetive estímulos positivos e uma autoestima favorável ao leitor negro, além de possibilitar a representação que permite ao leitor não negro compreender a cultura afro-brasileira, ainda pouco explorada na escola e na sociedade em geral. A literatura não se prende ao passado histórico da escravização (JOVINO, 2009, p.216).

Uma das formas de incluir os povos originários em aulas no ensino integral é por meio da valorização e respeito às suas tradições, culturas, línguas e cosmovisões. É importante que os conteúdos curriculares abordem a história e a cultura dos povos originários de forma precisa e livre de estereótipos, promovendo a valorização da diversidade e a desconstrução de preconceitos.

Além disso, a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral também passa pela formação de professores, que devem estar preparados para abordar de forma adequada e inclusiva as temáticas relacionadas aos povos originários. Isso inclui o desenvolvimento de materiais didáticos e recursos pedagógicos que valorizem a cultura e a história desses povos, além de promover a reflexão sobre as relações de poder e as desigualdades que afetam as comunidades indígenas e quilombolas.

A parceria com lideranças e representantes das comunidades indígenas e quilombolas é outro aspecto fundamental para a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral. Essa colaboração pode contribuir para a construção de um diálogo intercultural e a contextualização dos conteúdos curriculares, promovendo uma visão mais plural e abrangente da realidade desses povos.

Ademais, a promoção de atividades extracurriculares e interdisciplinares que tragam a cultura e a história dos povos originários para o contexto escolar também é uma estratégia importante para a inclusão desses povos no ensino integral. Isso pode envolver a realização de eventos, festivais, oficinas, exposições e outras atividades que fortaleçam o conhecimento e o respeito pela diversidade cultural.

Por fim, a inclusão dos povos originários em aulas no ensino integral deve ser pautada pela promoção da igualdade, da justiça social e do respeito aos direitos humanos. É fundamental que as escolas e os currículos educacionais estejam alinhados com as diretrizes legais e as políticas de inclusão e diversidade, garantindo que os povos originários sejam representados e valorizados em todas as esferas da educação.

Em síntese, incluir os povos originários em aulas no ensino integral requer um esforço coletivo e um compromisso com a promoção da igualdade, o respeito à diversidade e a valorização das culturas e tradições dos povos indígenas e quilombolas. Por meio de uma abordagem inclusiva e sensível, é possível construir um ensino integral que reconheça e celebre a riqueza cultural e a contribuição histórica desses povos para a formação da identidade brasileira.

COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Incluir a cultura afro-brasileira na educação e combater o racismo estrutural é um desafio que se coloca diante de educadores, gestores escolares

e toda a sociedade brasileira. A importância dessa inclusão está diretamente ligada à valorização da diversidade étnico-racial, ao respeito à história e à cultura afrodescendente, e à construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

O Brasil é um país marcado por uma profunda herança africana, que se reflete em sua música, dança, culinária, religiosidade, tradições e costumes. No entanto, apesar de toda essa riqueza cultural, a população negra ainda sofre com altos índices de exclusão social, discriminação e racismo estrutural. A inserção da cultura afro-brasileira na educação é, portanto, um passo fundamental para romper com essas desigualdades e promover a equidade racial.

Portanto, a maneira como a discriminação deve ser trabalhada desde a Educação Infantil, precisa intencional a percepção das pessoas de como os negros enfrentaram situações de sofrimento, sendo necessário a erradicação de situações de preconceito, que podem ser evidenciadas a partir da contação das histórias, inserida na literatura (SILVA, 2010).

Uma das formas de incluir a cultura afro-brasileira na educação é por meio da implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, em todos os níveis de ensino. Essa lei prevê a inclusão de conteúdos que abordem a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, a luta contra a escravidão, a resistência negra, a cultura afro-brasileira e a promoção da igualdade racial.

Além disso, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam o respeito à cultura afro-brasileira. Isso inclui a realização de projetos e atividades que abordem a história, a arte, a literatura, a música e as tradições afrodescendentes, e que estimulem a reflexão sobre a contribuição dos povos negros para a construção

da identidade brasileira. A inserção de obras de autores afrodescendentes nas bibliotecas escolares e a promoção de eventos culturais que valorizem a cultura negra também são medidas importantes.

Outro ponto fundamental é a formação de educadores para o enfrentamento do racismo estrutural e a promoção da equidade racial. Os profissionais da educação devem ser capacitados para reconhecer e combater o preconceito e a discriminação racial, e para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Além disso, é importante destacar que a inclusão da cultura afro-brasileira na educação vai muito além do cumprimento de uma lei. Trata-se, na verdade, de uma questão de justiça e de respeito à diversidade e à dignidade humana. Promover a equidade racial na educação é uma responsabilidade de toda a sociedade, e requer o engajamento de todos os setores, desde o governo, passando pelas escolas e instituições de ensino, até chegar às famílias e à comunidade.

A literatura sempre mencionou os negros como escravos ou inferiores, mas as mudanças históricas que refletia na sucessão de escritores, não encontrava perfis diferentes, pois acabavam tratando essas pessoas de maneira inferiorizada e/ou estereotipada, além disso, parte dos autores retratavam os negros como preguiçosos, violentos, ignorantes, feios, entre outras características negativas (MARIOSIA, 2009).

Portanto, incluir a cultura afro-brasileira na educação e combater o racismo estrutural é um desafio que exige um compromisso coletivo com a promoção da igualdade racial. É preciso que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas estejam alinhadas com essa valorização da diversidade

étnico-racial, e que sejam adotadas medidas concretas para superar as desigualdades raciais que ainda persistem em nossa sociedade. Só assim será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA COMBATER A EXCLUSÃO ESCOLAR

A formação docente voltada para combater o racismo e a exclusão no âmbito educacional é essencial para promover uma educação mais inclusiva e igualitária. Nesse sentido, a formação de professores deve incluir uma reflexão profunda sobre as desigualdades sociais, raciais e de gênero presentes na sociedade e suas repercussões na educação.

O termo negro para o IBGE é a soma de pretos e pardos que gira em torno de mais de 50 % (cinquenta por cento) da população é negra, ou seja, preta e parda (BRASIL, 2010). Historicamente o termo preto foi trazido de forma pejorativa e que foi introduzido em nosso vocabulário com os chavões “lista preta”, “hoje é dia de preto”, “isso é coisa de preto” esse vocabulário é de uma sociedade que tem o racismo estrutural e que é estruturada, também, por meio do racismo.

Para combater o racismo e a exclusão, os professores devem ser preparados para promover a valorização da diversidade étnico-racial e para reconhecer e desconstruir estereótipos e preconceitos presentes no ambiente escolar. Isso inclui a promoção de uma educação antirracista, que valorize a história, a cultura e as contribuições de povos negros e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, a formação docente para combater o racismo e a exclusão deve incluir o desenvolvimento de habilidades para lidar com situações de discriminação e preconceito no ambiente escolar, bem como a promoção de

práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A formação dos professores deve ainda incluir a conscientização sobre a importância de se adotar uma postura crítica em relação ao sistema educacional e à sociedade como um todo, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, é fundamental que a formação docente inclua a discussão sobre o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais e a importância de se promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de sua origem étnico-racial, social, sexual ou religiosa.

Além disso, a formação dos professores deve incluir a reflexão sobre as práticas de exclusão presentes no ambiente escolar, bem como sobre as formas de superá-las e promover uma educação mais inclusiva e democrática.

Para tanto, a formação docente para combater o racismo e a exclusão deve incluir o oferecimento de espaço para a reflexão e o debate sobre essas questões, bem como o estímulo à participação em atividades formativas, como cursos, palestras e grupos de estudo sobre o tema.

Dessa forma, a formação docente para combater o racismo e a exclusão no âmbito educacional deve ser pautada pela promoção da igualdade, da diversidade e do respeito às diferenças, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura Afro-brasileira e indígena desempenha um papel fundamental na educação, pois contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva,

diversificada e respeitosa. A valorização e o reconhecimento da diversidade cultural desses grupos étnicos são essenciais para a promoção de uma educação que respeite e valorize a identidade de cada indivíduo.

No contexto educacional, é fundamental que os conteúdos relacionados à cultura Afro-brasileira e indígena sejam incluídos de forma transversal em todas as disciplinas, a fim de promover uma visão mais ampla e acurada da história e da identidade do povo brasileiro. Além disso, é importante que os materiais didáticos utilizados nas escolas contemplem a diversidade étnica e cultural do país, garantindo assim a representatividade e o respeito pela pluralidade de origens e histórias.

A promoção da cultura Afro-brasileira e indígena na educação também passa pela formação de professores, que devem estar preparados para abordar esses temas de maneira sensível e respeitosa, garantindo o respeito às tradições e valores desses grupos étnicos. A formação continuada dos educadores é crucial para proporcionar um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, onde a diversidade é vista como um ponto de enriquecimento e não de exclusão.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino promovam ações afirmativas e políticas de inclusão que garantam o acesso e a permanência de estudantes Afro-brasileiros e indígenas no ensino superior, bem como políticas de cotas para facilitar o ingresso desses grupos nas universidades. Essas medidas são essenciais para combater as desigualdades históricas e garantir a representatividade e o protagonismo desses grupos na sociedade brasileira.

Em suma, a valorização da cultura Afro-brasileira e indígena na educação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa. É preciso reconhecer e valorizar as contribuições desses grupos étnicos para a formação da identidade brasileira, promovendo assim uma

educação mais inclusiva e diversificada. A luta pela valorização da cultura Afro-brasileira e indígena na educação é um desafio constante, mas essencial para a construção de uma sociedade mais democrática e plural.

REFERÊNCIAS

ANDRUETTO, M. T. **Por uma literatura sem adjetivos**. Trad. Carmen Cacciacarro. Buenos Aires: Pulo do gato, 2012.

ANJOS, W. **O negro na literatura brasileira**. *Revista de Literatura, História e Memória* – Revista da UNIOESTE, Cascavel, n.1, 2009.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Trad. V. C. Silva. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

CROCHÍK, J. L. **O conceito de preconceito**. In: _____. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2.ed. São Paulo: Robe, 1997. p.11-51.

DIONÍSIO, E. R. **Desconstrução do preconceito na literatura afro-brasileira**. 2010. Dissertação de Mestrado em Letras - Centro de Ensino superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

FERREIRA, K. C. S. **Estudos de mitologia afro-brasileira**. *Revista Anagrama - Revista Científica Interdisciplinar da Graduação da USP*, São Paulo, n. 3, 2009.

MENDES, J. N. **Várias Formas. Os Diferentes Tipos de Preconceito**.

SANTOS, M. **As cidadanias mutiladas**. In: LERNER, J. et. al. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA LUCIA GONÇALVES RAMOS

RESUMO: Este artigo científico aborda as diferentes estratégias e desafios enfrentados no processo de inclusão na educação infantil, enfatizando a importância da formação docente, o papel da família, o uso de adaptações curriculares, métodos de avaliação inclusiva e a criação de um ambiente escolar acolhedor e estimulante para todas as crianças. Além disso, são apresentados estudos de caso e pesquisas que evidenciam os benefícios da inclusão para o desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças, reforçando a importância do comprometimento de toda a comunidade escolar na promoção da inclusão na educação infantil. O processo de inclusão na educação infantil tem sido objeto de estudo e discussão em diversos âmbitos, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades específicas.

Palavras-chave: Inclusão; Equidade; Socialização; Respeito.

INTRODUÇÃO

O lúdico acompanha as crianças em toda a fase de desenvolvimento, seja ela desde sua gestação onde mães expressam seu carinho mesmo com o bebê dentro de seu ventre, onde chegam a cantar músicas de ninar, no acalanto de seus braços pra dormir, e até em brincadeiras elaboradas em família e em grupo

de amigos. A fase de alfabetização em alunos é muito devagar, pois o mesmo ao chegar na sala se depara com situações talvez nunca vivenciadas em seus lares, pela falta de diálogo e a falta de informações vindas de revistas, jornais e meios de comunicação, já na escola tudo isso é colocado em prática as vezes de forma um pouco assustadora para as crianças (NOGUEIRA, 2007).

Portanto, é fundamental compreender o processo de inclusão na educação infantil como um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Neste texto, vamos explorar em detalhes os desafios e as práticas inclusivas na educação infantil, destacando a importância de promover um ambiente acolhedor e estimulante, que permita a todas as crianças crescerem e aprenderem juntas, independentemente de suas diferenças.

A inclusão na educação infantil é um processo fundamental para garantir o desenvolvimento e o bem-estar de todas as crianças, independentemente de suas diferenças e particularidades. A educação inclusiva busca promover a participação ativa e igualitária de todas as crianças, valorizando a diversidade e incentivando a convivência harmoniosa em um ambiente de aprendizado.

Nesse sentido, o processo de inclusão na educação infantil envolve uma série de desafios e oportunidades que impactam diretamente a forma como as crianças são acolhidas, educadas e preparadas para a vida em sociedade. A inclusão exige ajustes estruturais e pedagógicos que possam atender às necessidades específicas de cada criança, garantindo que todas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, a inclusão na educação infantil também implica em repensar a forma como as crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, superdotação, entre outras particularidades, são tratadas e integradas no

ambiente escolar. Isso demanda a implementação de políticas inclusivas, formação de professores, adaptações curriculares e estruturais, além de um comprometimento real com a promoção da igualdade e do respeito à diversidade.

A INCLUSÃO DO ÂMBITO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

A participação ativa da família no desenvolvimento inclusivo também pode ser vista no apoio constante em casa, na promoção de atividades inclusivas e na valorização da diversidade. A família pode ajudar a criar um ambiente acolhedor e inclusivo em casa, incentivando a empatia, a compreensão e a aceitação das diferenças.

Além disso, a família pode promover atividades inclusivas, buscando oportunidades para que seus filhos participem de eventos e programas que promovam a inclusão e a diversidade. Isso pode incluir a participação em eventos comunitários, em grupos de apoio e em atividades que promovam a igualdade de oportunidades para todos.

Ao valorizar e promover a diversidade, a família está ajudando a criar um ambiente inclusivo que beneficia não apenas seus próprios filhos, mas toda a comunidade escolar. A inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, enriquece a aprendizagem e promove um ambiente de respeito, compreensão e aceitação mútua.

Portanto, a participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Ao trabalhar em estreita colaboração com os educadores, a família pode ajudar a promover a inclusão, a valorização da diversidade e a

igualdade de oportunidades para todos, garantindo que cada aluno receba o apoio e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial.

A participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para garantir o sucesso e a inclusão de todas as crianças. A família desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo para os alunos com necessidades especiais, ajudando a escola a se tornar um local onde todos se sintam bem-vindos e valorizados.

Quando a família participa ativamente da vida escolar de seus filhos, isso mostra aos educadores que eles têm o apoio e envolvimento dos pais, o que pode fazer uma grande diferença na forma como esses alunos são tratados e incluídos. A família pode compartilhar informações sobre as necessidades de seus filhos, suas preferências e habilidades, o que pode ajudar os professores a personalizar a educação de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

A criança não se limita a imitação do mundo adulto, elas reinventam a todo tempo, um novo mundo. Esse mundo tem um pouco do que recebe de informação e um pouco dela mesma e de seus gostos e paixões próprias (MORAIS E PÚBLIO, p.13).

Além disso, a família pode desempenhar um papel ativo na defesa da inclusão, participando de reuniões escolares, grupos de pais e comitês de inclusão. Eles podem compartilhar suas experiências e conhecimentos, oferecer suporte aos outros pais e educadores e ajudar a promover práticas inclusivas dentro da escola.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação docente para trabalhar a inclusão na educação infantil é de extrema importância, visto que a inclusão escolar é um direito de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais, sociais, emocionais ou cognitivas. Nesse sentido, os professores que atuam na educação infantil devem estar preparados para acolher e educar todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo.

A formação docente para a inclusão na educação infantil deve abranger diversos aspectos, tais como a compreensão das diferentes necessidades das crianças, a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas, a criação de estratégias de ensino que atendam a diversidade, a promoção de relações inclusivas e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para lidar com as diferenças.

É fundamental que os professores tenham conhecimento sobre as legislações e políticas educacionais que garantem o direito à inclusão, bem como sobre os recursos e estratégias pedagógicas disponíveis para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outras condições.

O termo lúdico tem aparecido frequentemente nas discussões sobre a nova perspectiva educacional voltada as séries iniciais do ensino fundamental. Tanto os professores quanto os teóricos da educação vêm tentando esclarecer a importância do brincar nos anos iniciais de qualquer criança. Para Nogueira (2007, p.9):

Através de atividades lúdicas o educando forma conceitos, seleciona ideias, estabelece lógicas, integra percepções, faz estimativa, vai socializando-se, promovendo situações que o leva a estabelecer relações sociais com o grupo ao qual está inserido, estimulando seu raciocínio no desenvolvimento de atitudes que exigem reflexões e enquanto função educativa proporciona a aprendizagem, seu saber, sua compreensão de mundo e seu conhecimento (NOGUEIRA, 2007, p.9).

Além disso, a formação docente para a inclusão na educação infantil deve proporcionar aos professores oportunidades de reflexão e debate acerca das questões relacionadas à diversidade, equidade, preconceito e discriminação, de forma a promover uma prática educativa que valorize e respeite a singularidade de cada criança.

Nesse sentido, é importante que os gestores das instituições de ensino invistam na formação continuada dos professores, oferecendo cursos, palestras, oficinas e outras atividades que contribuam para o aprimoramento profissional dos docentes no que diz respeito à inclusão na educação infantil.

Por fim, a formação docente para a inclusão na educação infantil deve ser pautada na construção de uma cultura escolar inclusiva, que envolva toda a comunidade escolar – professores, alunos, pais, funcionários e gestores – no compromisso de garantir a educação de qualidade para todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades. Através deste processo, poderemos garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender, conviver e se desenvolver plenamente, independentemente de suas características individuais.

INCLUSÃO E O PROCESSO DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM AUTISMO

Para promover a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação, é necessário adotar uma abordagem multidisciplinar e individualizada, que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Isso inclui a adaptação do currículo escolar, o uso de recursos de comunicação alternativa e a implementação de estratégias para a promoção da interação social e o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

[...] o correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

Além disso, é fundamental promover a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar sobre o autismo, suas características e desafios. Isso pode contribuir para a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, no qual as pessoas com autismo se sintam respeitadas e valorizadas.

A formação dos profissionais da educação também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na escola. É necessário proporcionar aos educadores as ferramentas e habilidades necessárias para atender às demandas específicas desses alunos, bem como promover a construção de práticas pedagógicas inclusivas e voltadas para a diversidade.

Além disso, a parceria com profissionais da saúde e da área da psicologia pode ser de grande importância, principalmente no que se refere ao acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento dos alunos com autismo, possibilitando a implementação de estratégias adequadas e a identificação de eventuais necessidades especiais.

A família também desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que é essencial o apoio e a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos. O compartilhamento de informações e

a colaboração entre escola e família podem contribuir significativamente para o sucesso da inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação.

O correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação não se limitam apenas ao contexto escolar, mas devem se estender a todos os espaços e atividades sociais. A construção de uma sociedade mais inclusiva e capaz de acolher as diferenças é uma responsabilidade de todos, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo.

Em suma, o processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que demanda ações integradas e um compromisso coletivo com a promoção da diversidade e a garantia dos direitos de todos os indivíduos. A construção de uma educação inclusiva e voltada para a diversidade é um passo fundamental rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Piaget (1978) trata os jogos infantis como meio pelo qual as crianças começam a interagir consigo mesmas e com o mundo externo, e chega a afirmar que “tudo é jogo durante os primeiros meses de existência, à parte algumas exceções, apenas, como a nutrição ou certas emoções como medo e a cólera (PIAGET, 1978, p.119)”. Do nascimento até cerca de dois anos, as crianças estão na fase sensório motora, de acordo com Piaget:

o que prevalece são os jogos de exercício que se constituem como exercícios adaptativos, onde a criança explora o mundo para conhecê-lo e para desenvolver seu próprio corpo e depois de ter aprendido ela começa a fazê-los por puro prazer. Esse período se caracteriza pelo desenvolvimento pelas ações, nele existe uma inteligência prática e um esforço de compreensão das situações através das percepções e do movimento. Quando ela refaz por prazer tem início

às primeiras manifestações lúdicas, de forma que ele chega a dizer que “por outras palavras, um esquema jamais é por si mesmo lúdico, ou não-lúdico, e o seu caráter de jogo só provém do contexto ou do funcionamento atual (PIAGET, 1978, p.120).

O processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que requer atenção e cuidado por parte de toda a sociedade. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação e interação social, e variabilidade comportamental. Diante disso, é fundamental criar estratégias e políticas que permitam a participação plena e efetiva dessas pessoas no ambiente escolar.

Nas atividades lúdicas, as crianças estimulam os conhecimentos já adquiridos desenvolvendo os conceitos gerais com os quais brinca. É na ação de brincar que a criança propicia as aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor (KISHIMOTO, 2002).

A metodologia de cunho qualitativo se configurou, em sua totalidade, em pesquisa bibliográfica, para investigar, descrever e analisar as opiniões dos autores Kishimoto (2002), Mello (2009), Souza (2011), Vygotsky (1991), Wallon (1986), entre outros, que contribuíram para embasar sobre o desenvolvimento do presente trabalho.

A inclusão de pessoas com autismo na educação é um direito assegurado por leis e tratados internacionais, que visam garantir o acesso à educação de qualidade a todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades e limitações. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta diversos desafios, que vão desde a falta de estrutura e recursos nas escolas até a necessidade de formação adequada para os profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos o processo de inclusão na educação infantil, um tema de extrema importância para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo do texto, analisamos os desafios e as dificuldades enfrentadas na implementação de estratégias de inclusão, bem como os benefícios e impactos positivos que a inclusão pode trazer para as crianças, suas famílias e a sociedade como um todo.

É inegável que a inclusão na educação infantil é um processo complexo e multifacetado, que demanda a atuação conjunta de diversos atores - gestores escolares, professores, profissionais de saúde, famílias e comunidade. A diversidade de perfis e necessidades das crianças, aliada à falta de recursos e formação adequada, torna o desafio ainda maior.

No entanto, é fundamental ressaltar que a inclusão é um direito de todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Garantir o acesso à educação de qualidade para todos, sem discriminação ou segregação, é uma questão de justiça e cidadania. Além disso, a inclusão traz benefícios para todas as crianças, pois promove o respeito à diversidade, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Diante disso, é imprescindível que sejam adotadas políticas públicas que promovam a inclusão na educação infantil, garantindo recursos financeiros, formação continuada para os profissionais da educação e estrutura adequada nas escolas. Além disso, é necessário fomentar o diálogo e a parceria entre escola, famílias e comunidade, visando a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão na educação infantil não se resume apenas à presença física das crianças na escola, mas também à garantia de uma educação de qualidade, que respeite e valorize as diferenças, oferecendo suporte e recursos necessários para o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogo brinquedo, brincadeira e a educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. MACEDO, Lino de, (org.). Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre, RS. Artmed, 2005.

MALUF, Ângela C. M. **Brincar: prazer e aprendizado**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Sílvio L. de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, Vera B. de. (org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2000.

PINTO, Marly R. **Formação e aprendizagem no espaço lúdico**. 2 ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

QUEIROZ, Tânia D; MARTINS, João Luís. **Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z**. São Paulo: Rideel, 2011.

SANTOS, Santa M. P. dos. **O brincar na escola: Metodologia Lúdico Vivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHILLER, Pam; ROSSANO. Joan. **Ensinar e aprender brincando: mais de 750 atividades para educação infantil**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA JUNIOR, Afonso G. da. **Aprendizagem por meio da ludicidade**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

ENSINO DE LITERATURA: A POESIA E A ABORDAGEM DO TEXTO POÉTICO NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

CELANE DE SOUSA TOMAZ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover a reflexão sobre os processos de formação de leitores de poesia nas séries finais do Ensino Fundamental II, 8º e 9º anos, analisando aspectos que contribuem para esta formação, como: as concepções de literatura e de poesia, elementos de caráter estrutural, estilístico e ideológico de abordagem em sala de aula; a reflexão sobre o ensino-aprendizagem do texto literário, sobretudo de poesia; observação, comparação e análise de textos literários e poemas em situações de leitura propostas em sala de aula e as possíveis contribuições para o fomento à leitura nos espaços da escola e formação de professores, considerando-os mediadores fundamentais do processo de formação, entre outros aspectos que fundamentam o trabalho com a leitura, a Literatura e a formação literária no espaço escolar.

Palavras-chave: Formação do leitor; Leitura; Literatura e Ensino; Ensino Fundamental; Poesia.

INTRODUÇÃO

O ensino de literatura e sua abordagem em sala de aula sempre foram temas de discussão em diferentes perspectivas da educação, sobretudo nas práticas de linguagem propostas no componente curricular de Língua Portuguesa. A leitura é considerada uma prática fundamental para a formação de um leitor crítico e reflexivo sobre a realidade, e a leitura de textos literários, especificamente, contribuem para que esse leitor amplie sua visão de mundo, de modo a compreendê-lo e, conseqüentemente, agir sobre ele, entre outras habilidades e intervenções que envolvem a integralidade do sujeito. Para tanto, é possível afirmar que a leitura de textos literários, mais precisamente a leitura de poesia, requer habilidades e competências muito particulares, sendo necessário que a escola, assim como o professor, cumpram seu papel de mediadores, oferecendo tempo e espaço de qualidade no fomento e no desenvolvimento do gosto pela leitura desse gênero literário.

A partir das minhas experiências, enquanto professora de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II, afirmo que a leitura de poesia perpassa por alguns enfrentamentos que incluem: falhas na formação do leitor no decorrer do percurso escolar e dos níveis de ensino, ausência de estímulos e encaminhamentos coerentes em relação ao texto literário, mais especificamente o poema, resistência à leitura de poemas por parte dos estudantes, a partir de argumentos que reforçam sua complexidade lexical e semântica, entre outros enfrentamentos.

Os estudantes, apesar do contato com o gênero textual poema desde a educação infantil, presente nas séries iniciais do ensino fundamental I, como consta nos currículos escolares, nos PCNs e na BNCC, demonstram, ao chegarem nas séries finais do Ensino Fundamental II, pouca familiaridade com o texto, muitas dificuldades de compreensão e interpretação textuais, como identificar elementos passíveis de inferência e realizar associações a partir de suas percepções pessoais. Os estudantes apresentam ausência de determinadas habilidades e competências leitoras para a leitura do gênero, assim como em textos com expressiva carga poética, demonstrando dificuldades

em identificar suas características, além da falta de interesse sobre o texto, fator que reflete diretamente suas escolhas literárias, em muitos casos, a falta delas.

Para a leitura de poesia, a subjetividade do leitor é um dos elementos fundamentais na atribuição de sentido do texto. De acordo com LIMA (2012, p.42), “Já lembramos que a literatura (assim como a poesia) é uma vasta metáfora que interroga, recria, revela, interpreta, compreende, narra a condição humana.”, ou seja, os conhecimentos do leitor, sua percepção de mundo e do outro, assim como seus valores, concebidos a partir de suas experiências individuais, são elementos que constituem a forma como ele apreende e compreende o texto poético, assim como significa os recursos simbólicos e linguísticos utilizados. A falta da exploração da linguagem poética, manifestada de diferentes formas e recursos, e da criação de espaços de leitura, que permitam que o estudante e os demais envolvidos na situação de aprendizagem expressem suas impressões, inferências e significações, prejudicam o reconhecimento e a construção dessa subjetividade no decorrer de sua vida escolar.

Concomitantemente, percebo a partir da minha prática que, além de criar espaços e situações de leitura, em suas diversas modalidades, é preciso ter qualidade desde a escolha dos textos literários até os encaminhamentos propostos por meio da leitura.

Considerando a afirmação de LIMA (2012, p.27), ao dizer que “O tratamento do texto literário oral ou escrito envolve o exercício de reconhecimento de singularidades e propriedades que matizam um tipo particular de uso da linguagem.”, é possível afirmar que, diante dos enfrentamentos que envolvem a leitura de poesia, como gênero literário que apresenta propriedades singulares, a formação do leitor de poesia consiste em analisar e investir em diferentes e diversos aspectos que dizem respeito aos envolvidos nos processos de formação: estudantes, professores, ciclos escolares e escola, como espaço simbólico e físico.

Portanto, todos os aspectos descritos no contexto escolar apresentado, entre outros a serem refletidos e que surgirem como apêndice desses, serão objetos de estudo dessa pesquisa.

A LITERATURA E A POESIA: ALGUMAS CONCEPÇÕES E ASPECTOS QUE AS DIFEREM

Com o intuito de iniciar a análise do problema apresentado, faz-se necessário propor a reflexão sobre algumas concepções de literatura e do texto literário, considerando-as como princípio norteador do trabalho com literatura em sala de aula. É importante partir do pressuposto do papel do ensino da literatura e a relevância do texto poético, considerando sua dimensão linguística e humanizadora, como discussão necessária sobre o que seria a função da literatura. Algumas das perspectivas relevantes aos estudos sobre o assunto, Antonio Candido (2004) afirma no ensaio “Direito à Literatura” que o texto literário distingue-se em características que se complementam:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO apud LIMA, 2012, p.20)

Também faz-se necessário ressaltar que a abordagem do texto literário em sala de aula não deve cumprir, prioritariamente, o papel de coadjuvante em estudos que não abordem sua dimensão e totalidade. Portanto, conceber e abordar o texto literário para subsidiar discussões de aspectos morais, o ensino de análise sintática e gramatical, entre outros conteúdos, é considerado um equívoco, conforme consta no Currículo da Cidade (2022), documento norteador das práticas de linguagem das escolas públicas municipais de São Paulo:

Assim, como forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética, o texto literário não está limitado a critérios de observação fatural (ao que ocorre e ao que se testemunha), nem às categorias e relações que constituem os padrões dos modos de ver a realidade e, menos ainda, às famílias de noções/conceitos com que se pretende descrever e explicar diferentes planos da realidade (o discurso científico). Ele os ultrapassa e transgride para constituir outra mediação de sentidos entre o sujeito e o mundo, entre a imagem e o objeto, mediação essa que autoriza a ficção e a reinterpretação do mundo atual e dos mundos possíveis. (Currículo da Cidade, 2022, p. 89)

Com o intuito de possibilitar o direito do estudante a entrar em contato com a natureza complexa e humanizadora do texto literário, a leitura por fruição é considerada uma forma coerente de abordagem e trabalho com a poesia, conforme o trecho:

O texto literário vale por si só. Não deve, portanto, constituir-se em pretexto para o desenvolvimento de assuntos de natureza gramatical, de ensino de princípios éticos, de valores morais. Inicialmente, na primeira infância e nos anos iniciais da escolarização, textos literários precisam ser absorvidos pelos ouvidos das crianças, precisam ser lidos enquanto fruição, enquanto divertimento, despertando o gosto pela leitura. Posteriormente, passarão a ser entendidos e valorizados como representações da cultura, como registro do comportamento humano em diferentes espaços e tempos, desenvolvendo aspectos cognitivos do leitor, contribuindo decisivamente para a consolidação do ato de ler não apenas como hábito, mas enquanto comportamento humano, e da escrita como manifestação comunicacional. (NAVAS et al., 2018 p.28)

Ao abordar e valorizar a dimensão simbólica do texto literário em sala de aula, sobretudo o da poesia, além de garantir o direito à literatura ao estudante, torna-se possível introduzi-lo à experiência estética, já que o texto literário possui função em si mesmo - uma essência própria - possibilitando assim, que o indivíduo se constitua como leitor de literatura e de poesia para que, posteriormente, tal comportamento e outros saberes o integrem.

Dessa maneira, não se pode conceber uma educação literária dissociada das práticas que a materializam, especialmente a prática de leitura. Ler, nesse sentido, ganha um status de direito, que se desdobra em alguns objetivos, dos quais destacamos os que envolvem a fruição. Essa ação não é uma atividade descompromissada ou longe de uma finalidade: a leitura de fruição está na vida, assim como a literatura e, por conseguinte, a língua. Diríamos, então, que ler literatura é um fazer vital e, por isso, não pode ser reduzido a análises,

sejam elas linguísticas ou literárias. (Currículo da Cidade, 2022, p. 89 e 90)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) também reforçam sobre as particularidades do texto literário e a multiplicidade de possibilidades de formação que a literatura e a leitura de textos literários proporciona ao leitor, já que:

Pensar sobre a literatura a partir dessa relativa autonomia ante outros modos de apreensão e interpretação do real corresponde a dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo, regido por jogos de aproximação e afastamento, em que as invenções da linguagem, a instauração de pontos de vista particulares, a expressão da subjetividade podem estar misturadas a citações do cotidiano, a referências indiciais e, mesmo, a procedimentos racionalizantes. Nesse sentido, enraizando-se na imaginação e construindo novas hipóteses e metáforas explicativas, o texto literário é outra forma/fonte de produção/apreensão de conhecimento. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 26 e 27)

Do ponto de vista linguístico, o poema, como texto literário, possui características que ultrapassam sua natureza verbal-escrita, ou seja, a experiência com os sentidos, dados pela visão da disposição do texto, e audição, como a sonoridade e as escolhas fonológicas inseridas, por exemplo, também contribuem para a significação do texto poético e, assim, instigam as percepções dos múltiplos recursos utilizados e das intenções comunicativas, manifestadas por meio das diferentes linguagens presentes em nossa realidade. Assim, o texto literário:

[...] está livre para romper os limites fonológicos, lexicais, sintáticos e semânticos traçados pela língua: esta se torna matéria-prima (mais que instrumento de comunicação e expressão) de outro plano semiótico na exploração da sonoridade e do ritmo, na criação e recomposição das palavras, na reinvenção e descoberta de estruturas sintáticas singulares, na abertura intencional a múltiplas leituras pela ambigüidade, pela indeterminação e pelo jogo de imagens e figuras. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 26 e 27)

Portanto, “Tudo pode tornar-se fonte virtual de sentidos, mesmo o espaço

gráfico e signos não-verbais, como em algumas manifestações da poesia contemporânea.” (PCNs, 1998, p. 27) e os estudantes devem desenvolver um olhar habitual e atento às intenções comunicativas desses e de diversos outros recursos utilizados no poema.

Portanto, é possível concluir que é preciso conhecer, compreender e conscientizar-se das múltiplas faces da literatura e as concepções do texto literário, refletindo sobre as teorias e os teóricos e estudiosos de literatura, assim como debruçar-se sobre os documentos que embasam o seu ensino-aprendizagem. Contudo, o professor, como principal mediador entre o texto e o leitor, deve ter clareza a partir de quais concepções fundamentará o seu trabalho em sala de aula para que, assim, esteja apto a cumprir seu papel no que se refere à formação do leitor de poesia.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DO LEITOR DE POESIA: ALGUMAS PROVOCAÇÕES

Investir na formação de professores é imprescindível e anterior à formação do estudante para que seja possível estimular a autonomia desse leitor. Segundo LIMA (2012), o estudo da Literatura deve ser um processo contínuo do professor e sua forma de se relacionar com o texto literário deve superar o seu trabalho em sala de aula:

“Construir seu letramento literário, que não se limita a um leitor crítico e proficiente da leitura literária. Implica, necessariamente, a leitura, o estudo, a pesquisa interdisciplinar, que cooperam com o seu trabalho em sala de aula, no seu cotidiano escolar.” (LIMA, 2012, p.46)

É de responsabilidade do professor, constituir-se como indivíduo estudioso e reflexivo sobre a literatura. As teorias literárias, assim como os objetivos a serem alcançados com o ensino-aprendizagem de literatura devem ser conhecimentos do docente, e não do estudante, conforme trecho:

[...] Não são do domínio desse leitor em formação teorias literárias, princípios de crítica literária, metodologias de leituras. O que é preciso é a disposição do leitor para se aproximar do texto, para adentrar na linguagem que o constitui, observando-a, apreciando-a, apropriando-se dessa experiência estética. (NAVAS et. al., 2018, p.28)

Anterior ao seu papel de mediador, o professor deve ser leitor de literatura e de poesia, de forma que o próprio estudante reconheça-o como um modelo a ser seguido. O professor também deve estar disposto a realizar a abordagem do texto poético em sala de aula e outros espaços da escola e fora dela, utilizando a diversidade de recursos que colaboram na leitura e a potencialização do texto escrito ou visual, como os recursos tecnológicos, de forma a esmiuçar, por exemplo, os recursos linguísticos, as figuras de linguagem, entre outros, para a fruição e a percepção das intencionalidades do autor:

O que se está fazendo é olhar para a escola e, em seu contexto, tentar descrever o que faz o professor de Literatura, cujas ações deveriam transformá-lo em exemplo de leitor. Suas leituras deveriam ser divulgadas entre os alunos, e de forma tão entusiástica de modo a instigá-los a se envolver com esses textos em diferentes tipos de leitura: silenciosa, nas telas, nos equipamentos móveis, ou mesmo em distintos suportes. (NAVAS et. al., 2018, p.23)

Algumas das possibilidades de garantir o direito à literatura aos estudantes e, conseqüentemente, o desenvolvimento do gosto pela poesia consistem na realização de ações que favoreçam e contribuam para a experientiação do texto literário por meio da fruição, do prazer estético e do poder imagético e imaginário que os recursos verbais e não-verbais do trabalho com a linguagem possibilita ao leitor. Os espaços da escola, para além da sala de leitura, sala de aula e biblioteca, devem ser aproveitados para o fomento à leitura e experientiações do texto literário e as múltiplas possibilidades de abordagem dele. Algumas sugestões:

- Criar espaços para vivências com o texto literário poético, sobretudo o poema em situações orais e escritas;
- Intensificar as práticas de leitura e a leitura literária como fruição e prazer estético;
- Estreitar o diálogo e o conhecimento de poetas, sobretudo contemporâneos;

- Oportunizar aos estudantes situações de leitura, como rodas, que ultrapassem a sala de aula;
- Estimular a aproximação da poesia com a vida, o texto poético com a narrativa própria, como uma ou várias perspectivas possíveis de compreensão e de conceber e refletir sobre a realidade.

Para possibilitar a investigação dos diversos aspectos já apontados no decorrer desse artigo, é possível afirmar que os aspectos seguintes devem receber a atenção devida com o intuito de se promover ações de leitura adequada e potentes, como: a escolha e a qualidade de poemas e outros textos poéticos, previamente selecionados para a realização de leitura em sala de aula; as situações práticas de leitura em sala de aula e em outros espaços da escola; as experiências e vivências diversificadas, além da leitura realizada em diferentes formatos (feita pelo professor, compartilhada, silenciosa e individual, entre outras); os encaminhamentos e mediações, como a elaboração de perguntas, em práticas de linguagem durante as aulas de leitura de poemas em Língua Portuguesa nas séries 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II; as estratégias diversas, utilizadas pelos professores, assim como o percurso de análises textuais antes, durante e depois da leitura e a expressão dos estudantes, inferências, construção de subjetividade e as relações leitor-mediador-texto e leitor-texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo permitiu uma breve reflexão acerca do comportamento leitor dos estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, revelando aspectos significativos das suas práticas de leitura e os condicionantes que permeiam sua relação com o texto literário. Tal investigação demonstrou que o interesse pela leitura, especialmente da poesia, está diretamente relacionado às mediações pedagógicas e às propostas curriculares que dialogam com a formação da subjetividade e com a função humanizadora da literatura.

A análise das escolhas textuais nas aulas de Língua Portuguesa, à luz de referenciais teóricos citados, permitiu a observação sobre em que medida os textos literários selecionados — notadamente os poéticos — favorecem ou limitam o desenvolvimento de uma postura reflexiva e sensível por parte dos estudantes. Também foi evidenciada a importância de se compreender a literatura não apenas como conteúdo, mas como experiência estética e formativa, que demanda intencionalidade didática e fundamentos teóricos consistentes.

Ao examinar as concepções de literatura e de texto literário, bem como as práticas pedagógicas presentes no cotidiano escolar, foi possível perceber a existência de tensionamentos entre teoria e prática, os quais impactam diretamente a formação do leitor literário. A lacuna entre os discursos sobre a importância da literatura e sua efetiva valorização em sala de aula ainda é um desafio a ser superado. Além disso, a reflexão sobre os principais elementos dificultadores da formação do leitor de poesia no Ensino Fundamental II apontou para entraves estruturais, didáticos e formativos que demandam enfrentamentos urgentes. Superá-los requer não apenas a reformulação de práticas pedagógicas, mas também o fortalecimento da formação docente e o reconhecimento da literatura como instrumento essencial na formação crítica, ética e estética dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4^a. ed. reorg. pelo autor. São Paulo/ Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

ECO, Umberto. **Sobre a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro, Record: 2003.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, Aldo de (Org.) **O direito à Literatura**. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.

NAVAS, Diana; CARDOSO, Elizabeth; BASTAZIN, Vera (orgs). **Literatura e ensino: territórios em diálogo**. São Paulo: EDUC: Capes, 2018.

Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SÃO PAULO (SP). **Currículo da cidade:** Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa. – 2.ed. – São Paulo: SME / COPED, 2022. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura>.

WHEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2ª Edição, 2000.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL COM AUXÍLIO DA TECNOLOGIA

FRANCINE LOPES PINHEIRO ¹

Resumo

O presente tema foi escolhido através da necessidade de colaborar com a didática mais significativa para os nossos alunos, no uso das tecnologias nas salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental em contribuir e ampliar os conhecimentos adquiridos, multiplicando saberes para os docentes. O ambiente alfabetizador da escola é de suma importância, principalmente a sala de aula, onde a criança entrará em contato com os mais diversos materiais escritos, para ampliar sua vivência com o mundo letrado. Os objetivos específicos se desenvolvem em identificar as ideias escolares sobre a importância da tecnologia no cotidiano escolar, observar como os professores conduz a inclusão digital em sala de aula. E a sua aceitação para com as novas tecnologias nas salas de aula. O uso de novas tecnologias vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional.

Palavra-chave: Alfabetização; Tecnologia; Didática

1 INTRODUÇÃO

¹ E-mail: Cine.estrela77@gmail.com

A pesquisa compreende-se na Alfabetização nos anos iniciais com o auxílio da tecnologia ao perceber as diversas mudanças tecnológicas ocorridas na sociedade é possível entender o quanto a tecnologia tem vários processos de aprendizagem.

Analisar a alfabetização e refletir sobre a educação brasileira na perspectiva do letramento é prática relativamente recente. A palavra letramento surge no Brasil por volta da década de 1990, vinculada ao conceito de alfabetização, originando-se daí uma confusão com relação à especificidade de cada termo. Muitos educadores acreditam que somente após a concretização do processo de alfabetização é que se pode iniciar o processo de letramento, isto é, primeiro é preciso propiciar ao aluno o domínio da tecnologia da escrita para, depois, torná-lo um sujeito letrado. A alfabetização é um momento fantástico de descoberta do mundo para as crianças. Nesse período, somar recursos digitais às aulas ajuda a tornar o ambiente interativo, lúdico e também muito atrativo. O presente trabalho desenvolveu-se por meio da pesquisa qualitativa, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada.

O estudo da alfabetização e do letramento é uma maneira de entender o processo de desenvolvimento da criança no início da sua vida escolar bem como a forma que se aprende do sistema alfabético e de seus usos em situações de comunicação. A alfabetização é um momento prazeroso de descoberta do mundo para os pequenos. A alfabetização é letramento e um processo que incluir a criança no mundo letrado. Nesta ocasião, a influência em que convive e as experiências individuais de cada aluno são muito importantes e precisam ser consideradas pelo educador.

O uso da tecnologia na educação não pode ser ignorado sendo que estão cada vez mais presentes no dia a dia do aluno. As mídias como rádio, televisão, revista, computador, tablets, celular estão cada vez mais acessíveis e podem ser significativas ferramentas didáticas. A importância das novas

tecnologias de ensino utilizada como um instrumento extremamente importante para o desenvolvimento da aprendizagem, e também uma ferramenta importante para a construção do conhecimento.

ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização não se restringe apenas à decodificação do alfabeto, não é somente juntar umas letras aqui, outras acolá, é a aprendizagem do sistema de escrita e da linguagem escrita em seus diversos usos sociais. A língua é um sistema discursivo que se organiza no uso e para o uso, escrito e falado, sempre de maneira contextualizada. No entanto, uma condição básica para ler e escrever com autonomia é a apropriação do sistema de escrita, que envolve, da parte dos alunos, aprendizagens muito específicas.

Não basta colocar os alunos diante dos textos para que conheçam o sistema de escrita alfabético e seu funcionamento ou para que aprendam a linguagem escrita. É preciso planejar uma diversidade de situações em que possam, em diferentes momentos, centrar seus esforços ora na aprendizagem do sistema, ora na aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

Durante muito tempo a tradição escolar definiu como conteúdo de leitura o aprendizado da decifração. Ler, emitindo sons para cada uma das letras, era a situação que ilustrava a aprendizagem da leitura. Hoje, sabemos que não basta ler um texto em voz alta para que seu conteúdo seja compreendido, e a decifração é apenas uma, dentre muitas, das competências envolvidas nesse ato. Ler é, acima de tudo, atribuir significado.

Segundo FERREIRO, (2002,p.12):

Há crianças que ingressam no mundo da linguagem escrita através da magia da leitura e outras que ingressam através do treino das tais habilidades básicas. Em geral, os primeiros se convertem em leitores, enquanto os outros costumam ter um destino incerto.

Desde o ano de 2010, que todas as crianças de seis anos foram obrigatoriamente matriculadas em escolas de Ensino Fundamental, em atendimento a Lei nº 11.274, de 2006. O intuito da lei era que crianças com experiência pré-escolar tivesse um desempenho melhor ao longo da Educação Básica. Havia uma certa preocupação por parte dos especialistas, se as escolas estariam preparadas para receber essas crianças.

A alfabetização jamais seria um produto escolar, porém é um resultado de um trabalho que a várias partes ligadas. O método de alfabetização antecede e supera os limites escolares. Apenas em estudos mais atuais observe-se uma gradativa mudança nessa compreensão, em que alfabetizada é a criança apto de ler e escrever um bilhete fácil, isto é, capaz de realizar uma prática proficiente social de leitura e escrita.

Emília Ferreiro (1996) destaca que a alfabetização, transitar de *como ensinar* para *como aprender*. A escrita é um instrumento de compreensão para a criança. Desta forma, começa o processo de ensino-aprendizagem destacando a importância do desenvolvimento. Dessa forma, surge o interesse de compreender os níveis da alfabetização.

LETRAMENTO DIGITAL

Compreendemos que alfabetizar-se é um processo contínuo, determinados por momentos de construções e reconstruções. Atualmente, percebemos que a alfabetização se dedica não apenas sobre propriedade da leitura e da escrita, “é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2009, p.20) Neste sentido, que ocorre o letramento na alfabetização.

A educação começa dessa perspectiva, um novo meio de aprendizagem no código alfabético, procurando compreender os significados e funções que a língua demonstra socialmente, isto é, “de fazer uso real e adequado da escrita

com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e como instrumento na luta pela conquista da cidadania” (SOARES, 1998, p.33). Também, destaca Kleiman (2005, p. 21) “o letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas de escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas”.

A definição de letramento surge no contexto educacional brasileiro desde da década de 1980. Os primeiros registros ocorrem com as autoras Mary Kato, Leda Verdiani Tfouni, em que as elas definem o termo e evidenciam a importância desta nova compreensão para o ensino/aprendizagem da leitura e escrita. Para Melo (2012), essas obras influenciaram e contribuíram para as discussões acerca do processo de alfabetização.

A expressão da palavra letramento vem da palavra em inglês *literacy* que quer dizer estado ou condição daquele que compreende o sistema alfabético (ler e escrever). Soares (2009, p.18) chama a atenção para a importância de refletir sobre esse conceito, pois ele carrega o significado que estas aprendizagens têm socialmente. Nessa direção, ressalta Xavier (2005, p.02), “a capacidade de enxergar além dos limites do código, fazer relações com informações fora do texto falado ou escrito e vinculá-las à sua realidade histórica, social e política são características de um indivíduo plenamente letrado”.

O letramento, nessa perspectiva, se mostra com um conceito inseparável ao ensino de alfabetização, pois está de modo direto relacionada à aprendizagem da língua. Mas, Albuquerque (2005) assinala que o letramento não substitui, porém acrescenta o conceito de alfabetização, já que o letramento é responsável pela compreensão dos significados e funções da escrita na sociedade, e a alfabetização, o processo pelo qual a criança se apropria do sistema alfabético. Deste então,

[...] a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p.97).

Conforme mostrado, alfabetizar letrando é da permissão a aprendizagem da leitura e escrita, permitindo o entendimento dos significados que a língua apropria-se na sociedade, auxiliando para a formação de alunos competentes como ao uso das habilidades linguísticas. Por tanto, é necessário considerar que a língua nos dias de hoje assume um papel diferente daquele que se compreendia nos década de 1980.

A partir desse cenário a escrita se mostra em um recente contexto social, principalmente, pela chegada das novas tecnologias digitais. Desta forma também são mostradas nas instituições escolares, mas “onde antes de esperava que a criança usasse lápis e papel para escrever de forma legível, hoje se espera que ela escreva coisas com sentido no caderno e no computador, e que use a internet” (KLEIMAN, 2005, p.20-21). Na presença, dessas novas estruturas, a escrita é transformada, como também o papel do letramento. A Tecnologia ajuda para o conhecimento de outras formas de leitura e escrita e induz as novas habilidades de letramento: o Letramento digital.

Segundo Soares (2002), é necessário reconhecer que a palavra letramento carrega um significado de pluralidade, pois ao considerar as diferentes tecnologias da escrita, compreende-se também que existem diversas formas de letramento, como destaca Xavier (2005, p.04) “os tipos de letramentos mudam porque são situados na história e acompanha a mudança de cada contexto tecnológico, social, político, econômico ou cultural em uma dada sociedade”. Para Leandro (2010) discutir acerca do letramento digital significa pensar em práticas de ensino e aprendizagem diferenciada da forma tradicional de letramento.

Desta forma, letramento digital pode ser estabelecido como “certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela diferentes dos que exercem práticas leitura e de escrita no papel” (SOARES, 2008, p.151). Freitas (2010) conceitua o letramento digital como um conjunto de habilidades para que os sujeitos não só entendam, mas utilizem as informações de maneira crítica e

estratégica, contextualizadas em diversos formatos e fontes, principalmente, digitais.

A TECNOLOGIA PRESENTE NA SALA DE AULA

Será abordado nesse segundo capítulos como a tecnologia pode estar presente em sala de aula, sendo uma boa ferramenta para cotidiano escolar.

A educação estabelece a base de toda construção e organização humana. Os instrumentos usados em todo percurso neste processo são de grande importância para formação e representação da visão de mundo, para construção de pessoas verdadeiramente participativa e estimulada. Saindo deste ponto é perceptível a urgência de ajustes didáticas no ensino/aprendizagem que cheguem em tais expectativas, gerando condições que possibilitem interconexões com o processo pedagógico e o desenvolvimento de recursos tecnológicos e conseguir um conhecimento diferenciado e significativo. Tecnologia vem facilitar o processo de construção ou desenvolvimento de algo ou algum produto.

[...] “Consideremos, então, que a tecnologia é a possibilidade de resolver problemas.” Como afirmou o cientista da informação Silvio Meira (Com Ciência, 2011)

Cada vez mais a tecnologia faz parte da vida cotidiana das pessoas, independente da sua idade. De crianças até idosos apresentam interesse em se interagir com o mundo digital e desta forma adquirir conhecimento e compreensão sobre a área. O uso dessa tecnologia na escola é fundamental para a atualização do sistema educacional, entretanto, devemos ficar alertas a outros aspectos do desenvolvimento das crianças, esse método não deve ser imposto ou exigido no ensino, já que nem todas as crianças aprendem no mesmo modo.

O interesse dos alunos pela utilização de aparelhos eletrônicos aumenta gradualmente, precisamos ficar vigilantes para que esse mundo tecnológico não

impeça que as crianças cresçam nas suas aptidões sócias, ou suas experiências em viver o mundo atual. Em que o desejo em se relacionar com outros indivíduos e forma algo real dessas relações é importante que a criança se considere como um ser de convívio em aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Segundo Vygotsky (1962 -1978), o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de fora para dentro a sua interação com outros indivíduos e com o meio.

Ao acrescentar o uso de tecnologias na alfabetização muitos benefícios podem ser considerados, dessa maneira a criança percebe que a tecnologia pode ter vários papéis em sua vida, estimula que o aprendizado pode ser alcançado pelo meio de um computador, acrescentar a visão da criança em relação as tecnologias, não resumindo apenas ao divertimento.

“Formar crianças aptos a lidar com as novas exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma transformação sistêmica da Educação, com intervenções no ambiente escolar e no currículo.” (MARTINA ROTH, mestra em Pedagogia Global, Nova Escola, 2011).

AS TECNOLOGIAS DE ENSINO PARA UMA MELHOR APRENDIZAGEM

No processo de aprendizagem, não importa qual método é utilizado, mas pode-se observar que é determinado por fatores relacionados à complexidade do problema e diferenças individuais, ou seja, todos possuem um grande volume de conhecimentos e habilidades adquiridos, Atitude e experiência. Desde a infância, esses fatores mudaram a forma como os indivíduos aprendem, o que pode ser comprovado nas seguintes situações que Gil propôs:

Depois de encontrar um problema de matemática na aula, alguns alunos tendem a concluí-lo mais rápido do que outros. Alguns alunos levantam a mão para responder às perguntas mais rápido, enquanto outros são mais lentos. Alguns alunos podem se lembrar facilmente dos assuntos ensinados no dia anterior, enquanto outros esqueceram e precisam se lembrar. (GIL, 2005, p. 58)

A contribuição na utilização das ferramentas tecnológicas dentro da sala de aula, com bons resultados obtidos durante o processo de alfabetização.

“Formar crianças aptos a lidar com as novas exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma transformação sistêmica da Educação, com intervenções no ambiente escolar e no currículo.” (MARTINA ROTH, mestra em Pedagogia Global, Nova Escola, 2011).

Contempla-se uma época caracterizada pelos avanços das tecnologias e pelo surgimento de novos paradigmas de aprendizagem, cabendo à escola desenvolver as habilidades que as crianças precisarão para enfrentar os desafios. Capacitando as crianças para que tenham um pensamento crítico, capacidade para solucionar problemas e tomar decisões, disposição para trabalho colaborativo além de boa comunicação, dando acesso ao ensino e à tecnologia a todos os alunos das redes públicas e privadas (MARTINA ROTH, 2011)

A tecnologia permite que o aluno desenvolva trabalhos individuais ou coletivos, mesmo estando em casa, possibilitando se comunicar com o grupo, realizar atividades de casa online, permite que este aluno tenha contato com o conteúdo aprendido em sala também fora da escola, além de dar a possibilidade aos pais de acompanharem os avanços dos filhos pelo mesmo sistema.

“[...] O objetivo da educação não é ensinar coisas, porque as coisas já estão na internet, estão por todos os lugares. [...] Rubem Alves, Escola Ideal – Portal Brasil 2011.

A fala de Rubem Alves da sustentação a este capítulo, questionar os rumos da educação e o apoderamento das tecnologias neste contexto, direcionando o aprendizado para o que é essencial ao ambiente onde a criança está inserido, no entanto, a figura do professor como orientado, ou figura de quem auxilia no processo de descobrimento, ensino-aprendizado.

A seguir será interpelado o papel do professor no conceito de aprendizado e sua interferência através das tecnologias.

A TECNOLOGIA E O ACESSO A SOCIEDADE

A tecnologia inicialmente era considerada artigo de luxo, em uma escala de valores absurdos onde apenas as pessoas com grades posses ou de uma vida mais privilegiada conseguiria ter acesso, e sempre se reinventando aos poucos com o surgimento de novos aparelhos e aprimoramentos de outros a sociedade aos poucos foi se adaptando ao ponto de trabalhar e batalhar até conseguir ter acesso ao tal aparelho de luxo, no decorrer das décadas a evolução já estava em tudo quanto é lugar, melhorias foram feitas. Obviamente houve então uma alta na procura de informação sobre a tecnológica, a demanda de pessoas querendo obter tais aparelhos resultou na demanda de investimentos. Tal investimento que hoje em dia se mostra eficaz e a cada dia se é deparado com um novo aparelho tecnológico, o que antes para alguns poderia ser impossível agora se vê em todos os lugares.

Por mais acessível que se faz a tecnologia atualmente, nem todos conseguiram evoluir com elas, para quem nasceu nas décadas de 50,60,70, acompanhar esses avanços não tem sido fácil. Professores e mestres são seres que sempre procura buscar conhecimento e estar sempre atualizado porém tais avanços aconteceram muito rápido, mal pode se adaptar com um, e já é lançado algo mais atual.

Segundo Kenski (2012) justifica que a tecnologia: a está em todo lugar, já faz parte das nossas vidas. As nossas atividades cotidianas mais comuns – como dormir, comer, trabalhar, nos deslocarmos para diferentes lugares, ler, conversar e nos divertimos – são possíveis graças às tecnologias a que temos acesso. As tecnologias estão tão próximas e presentes que nem percebemos mais que são coisas naturais. Tecnologias que resultaram, por exemplo, em lápis, cadernos, canetas, lousas, giz e muitos outros produtos, equipamentos e processos que foram planejados e construídos para que possamos ler, escrever, ensinar e aprender. (KENSKI, 2012, p.24)

Com a avanço surge também a dependência, com a introdução de novas ferramentas facilitadoras do trabalho e do lazer humano, a tecnologia se fez um elemento crucial para a vivência humana. Os benefícios que as novas tecnologias geram são inúmeros e se estendem a cada um dos setores sociais, desde a área empresarial até a da saúde.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO UTILIZANDO COMO FERRAMENTA: AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

O uso de novas tecnologias vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional. Sua utilização como instrumento para a aprendizagem aumenta de maneira muito rápida e, por consequência, o processo de escolarização vem sendo pressionado em realizar mudanças estruturais e organizacionais (CAMPOS, 2009).

Cabe lembrar que a introdução da informática, ou seja, dos computadores, na educação brasileira se deu por volta da década de 1970 e, a princípio, iniciou-se lentamente.

Sabe-se que no passado as crianças brincavam de maneira tradicional, isto é, utilizavam os saberes que lhes eram passados de geração para geração.

Os brinquedos eram confeccionados artesanalmente com materiais que estavam à disposição como couro, madeira, palha, sementes, e eram manufaturados, por mães, avós e tios.

Com o passar do tempo e as mudanças que ocorreram ano após ano, também o modo de brincar foi mudando a confecção do brinquedo, os materiais utilizados e a inclusão de algumas propostas pedagógicas foram agregados aos brinquedos da atualidade, a indústria fabrica brinquedos em grande escala e munidos de tecnologia de ponta, praticamente a interação com o brinquedo está no apertar de um botão. A criatividade ficou em segundo plano.

Claro que há brinquedos pensados por profissionais da educação para desenvolver ainda mais o intelecto e outras capacidades da criança em sua faixa etária.

Diante do domínio da indústria e da tecnologia, cabe ao profissional ao escolher um brinquedo para seus alunos, escolher o mais adequado à sua proposta da unidade escolar apesar de nem sempre ser o objeto (brinquedo) propriamente dito que irá definir uma brincadeira. Brincar é uma forma de linguagem onde a criança integre consigo, com seu mundo, com outras pessoas e com o meio ao qual ela está inserida. O RCNEI (BRASIL, 1998, p. 58) destaca a importância de se valorizar atividades lúdicas na Educação Infantil, visto que “as crianças podem incorporar em suas brincadeiras conhecimentos que foram construindo”.

A contribuição na utilização das ferramentas tecnológicas dentro da sala de aula, com bons resultados obtidos durante o processo de alfabetização.

“Formar crianças aptos a lidar com as novas exigências deste século é uma meta que só será alcançada com uma transformação sistêmica da Educação, com intervenções no ambiente escolar e no currículo.” (MARTINA ROTH, mestra em Pedagogia Global, Nova Escola, 2011).

Contempla-se uma época caracterizada pelos avanços das tecnologias e pelo surgimento de novos paradigmas de aprendizagem, cabendo à escola desenvolver as habilidades que as crianças precisarão para enfrentar os desafios. Capacitando as crianças para que tenham um pensamento crítico, capacidade para solucionar problemas e tomar decisões, disposição para trabalho colaborativo além de boa comunicação, dando acesso ao ensino e à tecnologia a todos os alunos das redes públicas e privadas (MARTINA ROTH, 2011)

A tecnologia permite que o aluno desenvolva trabalhos individuais ou coletivos, mesmo estando em casa, possibilitando se comunicar com o grupo, realizar atividades de casa online, permite que este aluno tenha contato com o conteúdo aprendido em sala também fora da escola, além de dar a possibilidade aos pais de acompanharem os avanços dos filhos pelo mesmo sistema.

A fala de Rubem Alves da sustentação a este capítulo, questionar os rumos da educação e o apoderamento das tecnologias neste contexto, direcionando o aprendizado para o que é essencial ao ambiente onde a criança

está inserido, no entanto, a figura do professor como orientado, ou figura de quem auxilia no processo de descobrimento, ensino-aprendizado.

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO UTILIZANDO COMO FERRAMENTA: A SOCIALIZAÇÃO

As interações sociais construtivas e cooperativas têm o potencial de promover a aprendizagem eficiente de habilidades e conteúdo, assim como a empatia e o respeito mútuo, fundamentais ao desenvolvimento moral. A definição da socialização é o ato ou efeito de socializar, ou seja, de tornar social, de reunir em sociedade. É a extensão de vantagens particulares, por meio de leis e decretos, à sociedade inteira. É o processo de integração dos indivíduos em um grupo. Quando falamos de interagir com pessoas aprendemos a lidar com o mundo, respeitando as opiniões, as culturas, conquistando a partir do relacionamento com as pessoas que conseguimos nos virar sozinhos e melhorar a nossa comunicação e até mesmo nos posicionar diante de vários problemas do dia a dia.

Um dos benefícios de permitir que as crianças se relacionem com Professores é que a criança vai aprender a se comunicar com estranhos, se tornando menos tímida durante o seu crescimento.

Por meio das brincadeiras para socialização, conseguimos resgatar a cultura, ter o conhecimento prévio da criança. Colocamos as crianças para movimentar se exercitam e assim melhoram suas condições físicas, motoras e cognitivas. Melhorando as habilidades a serem desenvolvidas nessas fases. E com as histórias temos a construção de vocabulários das crianças e de conhecimento de mundo.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos

afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa acadêmica, é possível observar a presença das tecnologias na educação, suas contribuições e ainda os desafios encontrados por educadores, gestores e alunos na implantação deste sistema dentro da escola e das salas de aulas. Mostrando que é possível e necessário à utilização das ferramentas tecnológicas durante o processo de alfabetização, apesar de encontrar desafios e rejeições durante a pesquisa, foi observado resultados efetivos e favoráveis. A utilização das tecnologias no processo de alfabetização é um assunto atual, importante e deve estar no planejamento escolar. As crianças e sua relação atual com as tecnologias, uma vez que elas têm acesso desde muito pequenas.

Levando em consideração sua inserção da tecnologia na educação e sua contribuição durante todo o processo de alfabetização e ao longo de toda jornada escolar. A formação e adaptação dos professores e gestores para contribuírem neste progresso da educação. Sendo possível destacar escolas e professores no Brasil que são exemplos bem-sucedidos na utilização da tecnologia. Os benefícios dos recursos tecnológicos que foi apresentado e com exemplos reais que confirmam que é possível utilizar as ferramentas tecnológicas de forma efetiva.

O presente trabalho realizado, buscamos métodos para atingir os objetivos reais, com a produção de conhecimento efetivo, que possa ser aplicado e principalmente propagado, de forma ágil e eficiente. E também o professor deve sempre estar em constante formação, buscando novas possibilidades e novos recursos e principalmente estar aberto a aprender sempre.

Levando estas tecnologias cada vez mais a realidade das salas de aula, ao cotidiano educacional e contribuindo para o bom uso das ferramentas no

processo de alfabetização nas escolas públicas e privadas. Portanto o professor deve ser o porto seguro dessas empreitadas infantis, que devem ser feitas com alguma orientação, mas sempre com muita liberdade na transposição de barreiras na alfabetização.

No mundo contemporâneo a tecnologia tem influenciado no ensino-aprendizagem das crianças. O professor tem usado essas mídias educacionais para estimular ainda mais no desenvolvimento da leitura e escrita em alunos com dificuldades, além de dinamizar as aulas e elevar os índices da educação. Uso da tecnologia em sala de aula auxilia as crianças na assimilação dos conteúdos e possibilita que tenham acesso ao mundo da cultura digital. Com a inserção dos computadores na rotina escolar das crianças o professor ganha um aliado para tornar suas aulas mais agradáveis e prazerosas.

A sala de informática é um ambiente pedagógico em que o professor e o aluno podem exercitar aprendizado, diminuindo as dificuldades do ensino aprendizagem das crianças quanto ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

O resultado da pesquisa foi satisfatório e exitoso haja vista que a educação é um processo e consiste na evolução do aprendizado, assim utilizar a tecnologia com crianças traz benefícios para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento e também pelo simples fato de ensinar aos alunos a utilizá-la para melhorar a vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth de; **ProInfo: Informática e Formação de Professores**

– Vol. 1; Brasília: MEC/ Secretaria de Educação à Distância –, 2000.

ALMEIDA Maria Elizabeth de Informática e formação e professores. Vol. 2, Série de estudos, Educação a distância, Brasília, 2000.

BARROS, A. J. da S. LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia**. 2 ed.

São Paulo: Makron Books, 2000.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A.; CAFIERO, D. **Alfabetização e Jogos Digitais em Ambientes Interativos Multimodais**. In: 6º Conferência Latinoamericana de

Objetos de Aprendizaje y Tecnologías para la Educación – LACLO, 2011, Montevideo, Uruguai: v. 1. p. 1-9. **Anais...**, Montevideo, Uruguai, 2011.

CHIAPINNI, L. **A reinvenção da catedral**. São Paulo: Cortez, 2005.

D'AMBRÓSIO, U. **Educação Matemática: da Teoria a Prática**. Campinas: Papirus, 2001.

GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 6ª Ed. São Paulo: Cortez Editora. DF: UNESCO, 2002.

NOVA ESCOLA, **Alfabetização inicial**: alfabetizar é todo dia. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/> acesso em 27/11/20 às 15h.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

PERRENOULD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Convite à viagem. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artimed, 2000.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3.ed. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2009.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

MUDANÇAS CLIMÁTICAS REGIONAIS: IMPACTOS E ADAPTAÇÃO

MARIA DE LOURDES BARBOSA

RESUMO

Este artigo analisa os impactos das mudanças climáticas em diferentes regiões do mundo, enfatizando as causas, consequências e estratégias de adaptação. A variabilidade climática regional afeta ecossistemas, economias e comunidades, exigindo medidas urgentes para mitigar seus efeitos. A pesquisa aborda a influência da atividade humana no aquecimento global e apresenta soluções baseadas em políticas sustentáveis e tecnologias limpas. Além disso, discute-se a necessidade de cooperação internacional para enfrentar os desafios climáticos e promover a resiliência das populações mais vulneráveis.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; aquecimento global; desmatamento; queimadas; impactos ambientais; adaptação climática; políticas sustentáveis; gases de efeito estufa; biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios do século XXI, afetando regiões de maneira desigual. Algumas áreas enfrentam secas severas, enquanto outras lidam com enchentes e tempestades extremas. A ciência climática evidencia a influência humana no aumento da temperatura global, impulsionada pela emissão de gases de efeito estufa. O impacto dessas alterações climáticas se estende à segurança alimentar, ao acesso à água e à estabilidade social. Diante desse cenário, há uma necessidade premente de implementar estratégias de adaptação e mitigação que possam minimizar os danos e preservar os recursos naturais para as gerações futuras.

CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas resultam da interação entre fatores naturais e antrópicos. As principais causas incluem:

- **Emissão de gases de efeito estufa (CO₂, CH₄, N₂O):** A queima de combustíveis fósseis em atividades industriais, transportes e geração de eletricidade é a principal fonte de emissão desses gases, que aprisionam calor na atmosfera.
- **Desmatamento e alteração do uso da terra:** O desmatamento para a expansão agropecuária reduz a capacidade das florestas de absorver CO₂, agravando o aquecimento global.
- **Atividades industriais e urbanização acelerada:** O crescimento urbano desordenado contribui para a emissão de poluentes e alterações no microclima local, como o efeito de ilhas de calor.

- **Mudanças nos padrões climáticos naturais:** Fenômenos como El Niño e La Niña influenciam significativamente as condições climáticas globais, exacerbando eventos extremos.

IMPACTOS REGIONAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os impactos variam conforme a localização geográfica e a vulnerabilidade de cada região:

- **Regiões polares:** O degelo acelerado nas calotas polares e geleiras tem contribuído para a elevação do nível do mar, ameaçando cidades costeiras e ecossistemas marinhos.
- **Zonas tropicais:** Regiões tropicais enfrentam um aumento na intensidade e frequência de furacões, tempestades tropicais e ondas de calor, resultando em desastres naturais mais frequentes.
- **Regiões semiáridas:** O avanço da desertificação compromete a produção agrícola e a disponibilidade de água, aumentando a insegurança alimentar e os conflitos sociais.
- **Ambientes urbanos:** Cidades sofrem com o efeito de ilhas de calor, que eleva as temperaturas locais e agrava problemas de saúde pública, além do aumento da poluição atmosférica.
- **Ecossistemas costeiros:** A elevação do nível do mar e a erosão costeira ameaçam comunidades litorâneas, impactando atividades econômicas como a pesca e o turismo.
- **Regiões montanhosas:** O derretimento das geleiras afeta o fornecimento de água para milhões de pessoas que dependem de rios alimentados por essas fontes naturais.

O Papel do Desmatamento nas Mudanças Climáticas

O desmatamento é um dos principais fatores que contribuem para o aquecimento global. As florestas desempenham um papel essencial na absorção de dióxido de carbono (CO₂), ajudando a regular o clima global. No entanto, o desmatamento reduz essa capacidade e libera grandes quantidades de CO₂ na atmosfera, agravando os efeitos das mudanças climáticas.

- **Consequências do desmatamento:**

- Redução da biodiversidade e destruição de habitats naturais.
- Alteração dos ciclos hidrológicos, resultando em mudanças nos padrões de chuva.
- Aumento da erosão do solo e redução da fertilidade da terra.
- Impacto nas populações indígenas e comunidades locais que dependem das florestas para sua subsistência.

- **Medidas para combater o desmatamento:**

- Implementação de políticas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.
- Fiscalização rigorosa para coibir o desmatamento ilegal.
- Incentivo à agrofloresta e práticas agrícolas sustentáveis.
- Criação de unidades de conservação e áreas protegidas.

O IMPACTO DAS QUEIMADAS NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As queimadas são um dos principais problemas ambientais relacionados às mudanças climáticas. Utilizadas frequentemente para limpeza de terrenos agrícolas e expansão de pastagens, as queimadas resultam na liberação de grandes quantidades de gases de efeito estufa, agravando o aquecimento global.

- **Consequências das queimadas:**

- Emissão de CO₂ e metano na atmosfera, aumentando o efeito estufa.
- Redução da qualidade do ar, causando problemas respiratórios em populações próximas.
- Destruição da biodiversidade, afetando ecossistemas e cadeias alimentares.
- Aumento da temperatura regional e alteração do regime de chuvas.
- **Medidas para reduzir as queimadas:**
 - Monitoramento por satélite para detectar focos de incêndio.
 - Campanhas educativas sobre os impactos ambientais das queimadas.
 - Incentivo ao uso de práticas agrícolas sustentáveis, como o plantio direto e o manejo agroecológico.
 - Criação de brigadas de combate a incêndios e fortalecimento da fiscalização.

SOLUÇÕES PARA REDUZIR OS IMPACTOS.

Para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, é fundamental adotar estratégias sustentáveis e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Algumas soluções incluem:

- **Transição para energias renováveis:** Substituir combustíveis fósseis por fontes limpas, como solar, eólica e hidrelétrica, pode reduzir significativamente as emissões de CO₂ e tornar a matriz energética mais sustentável a longo prazo.
- **Reflorestamento e conservação ambiental:** Proteger florestas e aumentar a cobertura vegetal contribui para a absorção de CO₂, além de manter a biodiversidade e reduzir o impacto da erosão do solo.

- **Mudanças nos hábitos de consumo:** Reduzir o desperdício de alimentos, optar por meios de transporte sustentáveis, como bicicletas e transporte público, e diminuir o consumo de plásticos descartáveis são medidas fundamentais para diminuir a pegada de carbono individual.
- **Soluções para os Efeitos das Mudanças Climáticas**
- As mudanças climáticas são um dos maiores desafios globais da atualidade, impactando ecossistemas, economia e qualidade de vida. Para mitigar seus efeitos, é essencial a adoção de soluções eficazes em diferentes setores. Abaixo, exploramos algumas estratégias fundamentais.

TRANSIÇÃO PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS

A redução das emissões de gases de efeito estufa passa pela substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica. Investimentos em energia limpa promovem a sustentabilidade e reduzem a importância da transição energética.

A transição energética tem papel fundamental na redução dos impactos ambientais causados pela queima de combustíveis fósseis. Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, a adoção de fontes renováveis de energia possibilita a diversificação da matriz energética e a diminuição da dependência de importação de recursos não renováveis. Ademais, essa mudança promove o desenvolvimento econômico sustentável, com a geração de empregos e inovação tecnológica no setor energético.

A transição energética desempenha um papel crucial na mitigação dos impactos ambientais associados ao uso de combustíveis fósseis. A queima de carvão, petróleo e gás natural contribui significativamente para o aquecimento global devido à liberação de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes na atmosfera. A substituição dessas fontes por energias renováveis, como solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, reduz consideravelmente as emissões de gases de efeito estufa, tornando o sistema energético mais sustentável e resiliente.

A diversificação da matriz energética também contribui para a segurança energética dos países. A dependência excessiva de combustíveis fósseis pode tornar as economias vulneráveis a oscilações nos preços do petróleo e a instabilidades geopolíticas em regiões exportadoras de energia. Ao investir em fontes renováveis e descentralizadas, as nações conseguem reduzir sua dependência externa e aumentar a estabilidade no fornecimento de energia.

Além disso, a transição energética promove melhorias na qualidade de vida da população. A substituição de fontes poluentes por energias limpas reduz a poluição atmosférica, melhorando a qualidade do ar e reduzindo a incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e cânceres associados à inalação de poluentes. Assim, a transição não apenas protege o meio ambiente, mas também impacta positivamente a saúde pública e os sistemas de saúde.

IMPACTO DA POLUIÇÃO NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

A poluição tem um papel significativo nas mudanças climáticas, contribuindo diretamente para o aquecimento global e alterações nos padrões climáticos em todo o mundo. A emissão de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e óxido nitroso (N_2O), resulta na retenção de calor na atmosfera, intensificando o efeito estufa natural da Terra.

As principais fontes de poluição que impulsionam as mudanças climáticas incluem a queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural, utilizados na geração de energia, no transporte e na indústria. Além disso, o desmatamento contribui para o aumento da concentração de CO_2 na atmosfera, pois reduz a capacidade das florestas de absorverem esse gás.

Outro fator crítico é a poluição do ar, que contém aerossóis e partículas que podem influenciar o clima de diferentes formas. Enquanto algumas partículas refletem a luz solar e têm um efeito de resfriamento, outras contribuem

para o aquecimento global. Além disso, poluentes como o ozônio troposférico agravam problemas respiratórios e afetam a saúde humana.

Os impactos das mudanças climáticas resultantes da poluição são variados e incluem o aumento da temperatura global, derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos, como furacões, secas e enchentes, além de impactos diretos na biodiversidade e na agricultura.

Para mitigar esses efeitos, é fundamental reduzir a emissão de poluentes através da transição para fontes de energia renováveis, do incentivo ao uso de transportes sustentáveis, do reflorestamento e da adoção de políticas ambientais eficazes. Somente com esforços globais coordenados será possível minimizar os danos.

A poluição tem um papel significativo nas mudanças climáticas, contribuindo diretamente para o aquecimento global e alterações nos padrões climáticos em todo o mundo (IPCC, 2021). A emissão de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), resulta na retenção de calor na atmosfera, intensificando o efeito estufa natural da Terra (NASA, 2020).

As principais fontes de poluição que impulsionam as mudanças climáticas incluem a queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural, utilizados na geração de energia, no transporte e na indústria (UNEP, 2019). Além disso, o desmatamento contribui para o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera, pois reduz a capacidade das florestas de absorverem esse gás (FAO, 2020).

Outro fator crítico é a poluição do ar, que contém aerossóis e partículas que podem influenciar o clima de diferentes formas (WHO, 2021). Enquanto algumas partículas refletem a luz solar e têm um efeito de resfriamento, outras contribuem para o aquecimento global (EPA, 2022). Além disso, poluentes como o ozônio troposférico agravam problemas respiratórios e afetam a saúde humana (Harvard T.H. Chan School of Public Health, 2021).

Os impactos das mudanças climáticas resultantes da poluição são variados e incluem o aumento da temperatura global (WMO, 2023), derretimento de geleiras (National Snow & Ice Data Center, 2022), elevação do nível do mar

(NOAA, 2022), eventos climáticos extremos, como furacões, secas e enchentes (IPCC, 2023), além de impactos diretos na biodiversidade e na agricultura (WWF, 2020).

Para mitigar esses efeitos, é fundamental reduzir a emissão de poluentes através da transição para fontes de energia renováveis (IEA, 2021), do incentivo ao uso de transportes sustentáveis (World Bank, 2020), do reflorestamento (FAO, 2021) e da adoção de políticas ambientais eficazes (UNFCCC, 2022). Somente com esforços globais coordenados será possível minimizar os danos da poluição e garantir um futuro mais equilibrado para o planeta.

CONCLUSÃO

As mudanças climáticas regionais representam um dos maiores desafios ambientais e socioeconômicos da atualidade, impactando diversos setores, como agricultura, saúde, infraestrutura e recursos hídricos. Cada região enfrenta consequências distintas, determinadas por fatores geográficos, socioeconômicos e políticos, exigindo estratégias de adaptação específicas e eficazes.

A adaptação às mudanças climáticas deve envolver ações coordenadas entre governos, sociedade civil e setor privado, promovendo políticas sustentáveis, inovações tecnológicas e fortalecimento das comunidades mais vulneráveis. Medidas como o uso eficiente dos recursos naturais, a implementação de infraestruturas resilientes e a educação ambiental são fundamentais para minimizar os impactos e garantir um desenvolvimento sustentável.

Diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e da urgência de respostas eficazes, torna-se essencial que todas as esferas da sociedade adotem uma postura proativa. Somente com esforços conjuntos e estratégias baseadas em ciência e cooperação global será possível mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas regionais e construir um futuro mais sustentável para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Nacional sobre Mudança do Clima*. Brasília: MMA, 2008.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

LEIS, H. R. *Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

MARGULIS, S. *Causas e Consequências do Desmatamento da Amazônia*. Brasília: Banco Mundial, 2003.

PACHECO, P. et al. *Desmatamento e governança ambiental*. Belém: Imazon, 2017.

VIOLA, E.; LEIS, H. R. *Mudança Climática e Política Global*. São Paulo: Annablume, 2012.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). Disponível em: <https://www.epa.gov/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Disponível em: <https://www.fao.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

HARVARD T.H. CHAN SCHOOL OF PUBLIC HEALTH. *Air Pollution and Climate Change.*, 2021. Disponível em: <https://www.hsph.harvard.edu/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). 2021. Disponível em: <https://www.iea.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change Report*, 2021. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change Report*, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). *Climate Change Evidence.*, 2020. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NATIONAL SNOW & ICE DATA CENTER (NSIDC). *Arctic and Antarctic Climate Data.*, 2022. Disponível em: <https://nsidc.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION (NOAA). 2022. Disponível em: <https://www.noaa.gov/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). 2019. Disponível em: <https://www.unep.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). 2021. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). 2023. Disponível em: <https://public.wmo.int/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

WORLD BANK. *Sustainable Transport and Climate Change.*, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). *Climate and Environmental Reports.*, 2020. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/>. Acesso em: 2 abr. 2025.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

DIREITO APLICADO À EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

MARIA DE LOURDES BARBOSA

RESUMO

O presente artigo aborda a aplicação do Direito na Educação, explorando os principais marcos normativos, desafios e perspectivas futuras. O estudo analisa legislações brasileiras relevantes, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destaca-se o papel do Estado e da sociedade na garantia do direito à educação, enfatizando a inclusão e a equidade. O artigo também discute as dificuldades na efetivação dessas normas e aponta caminhos para a melhoria do sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Direito Educacional, Políticas Públicas, Inclusão, Legislação Educacional, Equidade.

INTRODUÇÃO

A relação entre o Direito e a Educação é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária. A educação, enquanto direito fundamental, está diretamente vinculada ao dever do Estado e da sociedade em garantir seu acesso e qualidade. Este artigo visa examinar como as normas jurídicas regulam e influenciam a educação no Brasil, identificando desafios e perspectivas na aplicação do Direito Educacional.

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO DIREITO EDUCACIONAL.

2.1. A Constituição Federal de 1988 A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, promovendo a igualdade de acesso e permanência na escola (art. 205 a 214). A educação deve ser
pautada nos princípios da igualdade, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias e gratuidade no ensino público.

2.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) A LDB (Lei nº 9.394/1996) define os princípios que regem o sistema educacional brasileiro, assegurando a formação básica e superior, a gestão democrática e a inclusão. Ela estrutura a educação básica em ensino infantil, fundamental e médio, regulamentando as responsabilidades da União, estados e municípios.

2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) O ECA (Lei nº 8.069/1990) assegura os direitos educacionais das crianças e adolescentes, responsabilizando o Estado, a família e a sociedade pela garantia desse direito. Ele estabelece mecanismos de proteção, prevendo sanções para o descumprimento da obrigatoriedade escolar.

DIREITO EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.

1. **Financiamento da Educação** O financiamento da educação no Brasil é regulamentado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que garante recursos para a educação pública. Além disso, programas como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) auxiliam na distribuição de materiais para estudantes.

2. **Inclusão e Equidade** A educação inclusiva visa garantir acesso igualitário a todos, especialmente a grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e minorias sociais. A Política Nacional de Educação Especial destaca a necessidade de adaptações curriculares e formação de professores para atender a essa população.

3. **Desafios da Implementação das Políticas Educacionais** Dificuldades estruturais e orçamentárias impactam a efetivação das políticas públicas educacionais, afetando a qualidade do ensino. Problemas como deficiência de infraestrutura e baixa remuneração dos docentes comprometem a qualidade da educação.

4. **Educação e Direitos Humanos** A educação desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos humanos, assegurando o respeito à diversidade, a igualdade de gênero e a cidadania. O ensino voltado para a formação cidadã permite que os estudantes compreendam e defendam seus direitos.

5. **Direito Educacional e Tecnologias Digitais** A crescente digitalização da educação exige regulamentação e políticas que garantam acesso equitativo às tecnologias, reduzindo desigualdades digitais e promovendo metodologias inovadoras no ensino.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS.

A judicialização da educação tem sido uma estratégia para garantir o cumprimento das normas, mas também levanta questões sobre a eficiência das políticas educacionais. A formação docente, a gestão democrática e o financiamento são aspectos que precisam ser aprimorados para assegurar uma educação de qualidade.

A necessidade de adaptação do currículo escolar para incluir temas contemporâneos, como direitos digitais, sustentabilidade e inovação tecnológica, também é um desafio para o futuro da educação. Além disso, a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento da gestão escolar são medidas fundamentais para garantir a melhoria contínua do ensino no Brasil.

A inclusão de novas metodologias pedagógicas, como o ensino híbrido e a aprendizagem baseada em projetos, pode ser uma solução para tornar a educação mais dinâmica e eficiente. Além disso, a descentralização da gestão educacional e o incentivo à pesquisa acadêmica na área educacional são estratégias promissoras para aprimorar o setor.

Outro ponto crucial é o investimento na infraestrutura das escolas, garantindo que todas possuam condições adequadas para o aprendizado. A ampliação do acesso à internet de qualidade, especialmente em áreas rurais, também deve ser prioridade, visto que a educação digital se tornou essencial no mundo contemporâneo.

Por fim, políticas públicas voltadas para a capacitação de gestores escolares podem contribuir para um planejamento educacional mais eficaz, otimizando os recursos disponíveis e garantindo uma administração mais eficiente das instituições de ensino.

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO.

A integração das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial (IA), a realidade aumentada (RA) e a aprendizagem automatizada, está transformando os métodos de ensino e aprendizagem, criando novas formas de

interação e personalização do ensino. O uso dessas tecnologias no âmbito educacional oferece grandes possibilidades para melhorar a qualidade do ensino, aumentar o engajamento dos estudantes e promover a aprendizagem ativa.

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO.

A integração das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial (IA), a realidade aumentada (RA) e a aprendizagem automatizada, está transformando os métodos de ensino e aprendizagem, criando novas formas de interação e personalização do ensino. O uso dessas tecnologias no âmbito educacional oferece grandes possibilidades para melhorar a qualidade do ensino, aumentar o engajamento dos estudantes e promover a aprendizagem ativa.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO.

A Inteligência Artificial (IA) pode ser utilizada de diversas maneiras nas escolas, como na criação de sistemas de tutorias personalizados, que se adaptam às necessidades de aprendizagem de cada aluno. A IA pode analisar o desempenho do estudante e sugerir atividades ou conteúdos que atendam às suas dificuldades específicas. Além disso, pode ser aplicada no apoio ao processo administrativo, como em sistemas de gestão escolar, otimização do tempo do professor e organização de currículos.

REALIDADE AUMENTADA E REALIDADE VIRTUAL (RA/RV).

As tecnologias de Realidade Aumentada (RA) e Realidade Virtual (RV) têm o potencial de criar experiências de aprendizagem imersivas. Por exemplo,

a RA pode ser utilizada para criar ambientes interativos que complementam o ensino tradicional, enquanto a RV pode transportar os alunos para contextos e situações do mundo real, como visitas virtuais a museus ou experiências históricas, sem sair da sala de aula.

APRENDIZAGEM AUTOMATIZADA E BIG DATA.

A aprendizagem automatizada é uma forma de aplicar a análise de grandes volumes de dados (Big Data) para personalizar a educação. Isso permite que os sistemas educacionais analisem e adaptem os métodos de ensino, de acordo com os padrões de aprendizagem dos alunos. A utilização de dados para prever o desempenho e as necessidades de apoio de estudantes pode ser uma ferramenta poderosa para melhorar o sistema educacional como um todo.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS TECNOLOGIAS EMERGENTES.

Apesar dos avanços e do potencial das tecnologias emergentes, existem desafios significativos na sua implementação. A desigualdade no acesso à tecnologia, tanto no Brasil quanto globalmente, continua sendo um dos maiores obstáculos. A falta de infraestrutura tecnológica, como acesso à internet de alta qualidade e a escassez de dispositivos adequados, impede muitos estudantes de aproveitarem plenamente essas inovações.

Além disso, há questões sobre a capacitação de professores e a adaptação dos currículos para integrar essas novas tecnologias de forma eficaz. A implementação dessas ferramentas exige não apenas o investimento em infraestrutura, mas também uma mudança no paradigma educacional, com ênfase no desenvolvimento contínuo dos docentes e na atualização dos métodos pedagógicos.

FUTURO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO.

O futuro da educação estará, sem dúvida, fortemente entrelaçado com o desenvolvimento e a implementação dessas novas tecnologias. Ao mesmo tempo que possibilitam uma educação mais personalizada e acessível, também levantam questões sobre a ética, privacidade e segurança dos dados dos alunos. Como sociedade, é essencial que a aplicação dessas tecnologias seja feita de maneira ética, com regulamentações claras e orientações para garantir que seu impacto seja positivo.

A EDUCAÇÃO E O DIREITO À CIDADANIA: PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA.

A educação tem um papel central na formação de cidadãos conscientes e ativos, capazes de exercer seus direitos e deveres de maneira informada e responsável. Este item discute como o Direito à Educação se relaciona com o direito à cidadania, promovendo a formação de uma sociedade democrática e igualitária.

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CIDADANIA.

A educação é um dos principais instrumentos para a promoção da cidadania, pois proporciona o conhecimento necessário para que os indivíduos compreendam e exerçam seus direitos civis, políticos e sociais. A formação cidadã, garantida pelo Direito Educacional, é fundamental para a construção de uma sociedade que respeite a pluralidade, a diversidade e os direitos humanos. Através da educação, os cidadãos desenvolvem habilidades de reflexão crítica, aprendizado ético e participação social ativa.

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA.

A democracia é, por sua natureza, um sistema que requer a participação ativa dos seus cidadãos. O acesso à educação de qualidade é uma condição essencial para o fortalecimento da democracia, pois ela permite que os indivíduos adquiram as competências necessárias para a participação política e a tomada de decisões coletivas. A educação democrática fomenta o respeito pelas diferenças e estimula o debate construtivo, promovendo a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA.

A educação política deve ser um componente central do currículo escolar, desde as séries iniciais até o ensino superior. Por meio do ensino de cidadania e direitos humanos, os estudantes podem aprender sobre o funcionamento do Estado, as instituições democráticas e a importância da participação no processo eleitoral. Além disso, a educação política promove a compreensão de temas como justiça social, direitos trabalhistas, questões ambientais e a importância do engajamento em causas coletivas.

DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO.

Apesar da importância da educação na formação de cidadãos críticos e participativos, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta desafios para promover efetivamente a cidadania. A falta de uma educação política sistemática, a desigualdade de acesso à educação de qualidade e as dificuldades estruturais nas escolas dificultam o processo de conscientização e engajamento dos alunos. Além disso, a falta de investimentos em áreas como a formação de professores e o desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados prejudica a qualidade do ensino nesse campo.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO: EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL.

A globalização e o avanço das tecnologias exigem uma nova abordagem na educação para a cidadania. A educação para a cidadania global é uma necessidade emergente, que visa preparar os alunos para agir de maneira responsável em um mundo interconectado, respeitando a diversidade cultural, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. O ensino de cidadania global envolve o desenvolvimento de competências que vão além das questões locais, incluindo o entendimento de temas globais e a promoção de atitudes de solidariedade e tolerância.

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.

A educação desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, promovendo a mobilidade social e oferecendo a todos a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida por meio do acesso ao conhecimento. Este item explora como o Direito à Educação pode contribuir para a diminuição das desigualdades, identificando os principais desafios e políticas públicas voltadas para essa questão.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE.

A educação é uma ferramenta poderosa para quebrar o ciclo de pobreza e marginalização. Ela oferece aos indivíduos as habilidades necessárias para melhorar suas condições de vida, encontrar empregos mais qualificados e participar ativamente da sociedade. Ao garantir o acesso universal e igualitário à educação de qualidade, o Estado promove a justiça social, permitindo que

todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica.

DESIGUALDADE NO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL.

No Brasil, a desigualdade no acesso à educação é uma realidade persistente. Regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, enfrentam desafios significativos para oferecer educação de qualidade a seus habitantes, incluindo falta de infraestrutura, escassez de recursos e baixos índices de alfabetização. Além disso, grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e pessoas com deficiência, ainda enfrentam barreiras significativas para acessar o sistema educacional de maneira plena e igualitária.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.

O Brasil, nas últimas décadas, tem implementado diversas políticas públicas com o objetivo de reduzir as desigualdades educacionais e garantir maior inclusão no sistema de ensino. Essas políticas são essenciais para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, étnica ou econômica, tenham acesso à educação de qualidade e às mesmas oportunidades. A seguir, discutem-se algumas das principais iniciativas e seus impactos.

Uma das políticas mais significativas na inclusão educacional foi a Lei de Cotas nas Universidades Públicas, sancionada em 2012, que reserva um percentual de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Essa política visa corrigir a desigualdade racial e social, permitindo que grupos

historicamente excluídos tenham uma chance justa de acesso ao ensino superior. Ao promover a inclusão dessas populações nas universidades, o governo busca proporcionar condições para que esses indivíduos, uma vez formados, possam melhorar sua qualidade de vida e ampliar seu acesso ao mercado de trabalho.

Outro exemplo relevante é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, que tem como objetivo ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação profissional em diversas áreas do conhecimento. Este programa visa incluir, principalmente, jovens de baixa renda, oferecendo-lhes oportunidades de qualificação profissional. Ao fornecer formação técnica, o Pronatec oferece aos alunos uma alternativa para ingressar no mercado de trabalho e, assim, melhorar suas condições econômicas. Com isso, o programa desempenha um papel fundamental na redução da desigualdade educacional, pois busca promover a inclusão de estudantes que, de outra forma, talvez não tivessem acesso a cursos de qualificação profissional.

Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, é uma política que visa assegurar a aplicação de recursos de forma mais equitativa, com o objetivo de garantir a educação básica de qualidade em todo o país. A principal função do FUNDEB é transferir recursos financeiros para os estados e municípios, com foco na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os recursos são distribuídos de maneira diferenciada, levando em consideração a quantidade de alunos e a realidade financeira das regiões, com uma atenção especial para os locais de maior vulnerabilidade. A medida busca corrigir desigualdades históricas no financiamento da educação entre as diferentes regiões do Brasil.

O Programa Bolsa Família, um dos mais importantes programas de transferência de renda do país, também tem um impacto significativo na educação, pois condiciona o recebimento do benefício à matrícula e à frequência escolar das crianças e adolescentes. Este programa é uma forma de incentivar a permanência dos estudantes na escola e combater a evasão escolar, particularmente em comunidades de baixa renda. Ao oferecer um incentivo

financeiro às famílias, o Bolsa Família contribui para a inclusão social e educacional, pois muitas vezes o apoio econômico é essencial para que as crianças permaneçam nas escolas, ao invés de serem forçadas a entrar no mercado de trabalho precoce.

Além dos programas mencionados, a Educação do Campo também surge como uma política de inclusão e redução das desigualdades. Voltada para os estudantes que vivem em áreas rurais, essa política busca garantir que a educação chegue de maneira eficaz às comunidades do interior, muitas vezes isoladas, garantindo o direito à educação de qualidade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável dessas regiões. A implementação de escolas no campo, o transporte escolar e a adaptação do currículo às especificidades da vida rural são algumas das medidas que buscam garantir a igualdade de oportunidades para os jovens do campo.

Ainda que essas políticas públicas representem avanços significativos, a efetividade delas depende de uma série de fatores, como o adequado financiamento, a formação de professores qualificados para lidar com as especificidades dos grupos atendidos e o monitoramento constante para garantir que as metas de inclusão e redução das desigualdades sejam de fato atingidas. A implementação de tais políticas exige um esforço conjunto entre os diferentes níveis de governo, além da colaboração da sociedade civil e da iniciativa privada, para que o direito à educação seja universalmente garantido, sem discriminação.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.

A educação infantil tem um impacto significativo na redução das desigualdades sociais, pois é nessa fase que as crianças começam a desenvolver as bases para seu aprendizado e socialização. Investir em uma educação infantil de qualidade pode reduzir as desigualdades no longo prazo, oferecendo a todas as crianças as mesmas condições de desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Programas de educação infantil universal e de qualidade são essenciais para garantir que todos os alunos iniciem a trajetória escolar em igualdade de condições.

DESAFIOS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO SISTEMA EDUCACIONAL.

Embora existam políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades educacionais, os desafios permanecem. A persistente desigualdade no financiamento da educação, a falta de valorização dos professores, a carência de infraestrutura escolar e a defasagem curricular nas regiões mais pobres são obstáculos que ainda precisam ser superados. Além disso, a persistência do preconceito racial e social também influencia a desigualdade no ambiente escolar, afetando o desempenho e o bem-estar de muitos alunos.

PERSPECTIVAS PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES POR MEIO DA EDUCAÇÃO.

O futuro da educação no Brasil precisa ser pautado pela garantia de igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Investir na qualificação do ensino, melhorar a infraestrutura escolar e ampliar as políticas públicas de inclusão são medidas essenciais para reduzir as desigualdades sociais. Além disso, é fundamental garantir que a formação dos professores seja orientada para a diversidade, respeitando as diferentes realidades sociais e culturais dos alunos.

É necessário também que a educação profissional e tecnológica seja mais valorizada, oferecendo aos jovens de áreas periféricas e menos favorecidas a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho de forma qualificada. O aumento do acesso à educação superior para grupos sociais menos representados é outro passo importante para garantir a equidade.

Esse item aborda um dos principais objetivos do Direito à Educação, que é contribuir para a redução das desigualdades sociais por meio de uma

educação inclusiva e acessível a todos. Com isso, o seu artigo deve estar mais próximo de alcançar o tamanho desejado. Se precisar de mais ajustes ou mais tópicos, estou à disposição!

CONCLUSÃO

O Direito Educacional é essencial para garantir a educação como um direito fundamental. Apesar dos avanços legislativos, desafios persistem na efetivação dessas normas. A necessidade de políticas públicas mais efetivas, investimentos em infraestrutura e valorização dos profissionais da educação são medidas imprescindíveis para a superação desses desafios.

Além disso, a educação inclusiva precisa ser fortalecida, garantindo que todos os alunos tenham acesso equitativo e adequado ao ensino, independentemente de suas condições socioeconômicas ou necessidades específicas. A participação ativa da sociedade civil, de organizações não governamentais e do setor privado pode contribuir significativamente para a ampliação da qualidade educacional.

Outro ponto relevante é a modernização dos currículos e métodos pedagógicos, adaptando-os às novas demandas tecnológicas e sociais. O uso da tecnologia na educação pode ser um grande aliado para tornar o ensino mais acessível e eficiente, mas requer políticas públicas que garantam acesso equitativo a esses recursos.

A educação também deve ser um instrumento de promoção dos direitos humanos e da cidadania, garantindo que os alunos desenvolvam consciência crítica e sejam capazes de atuar na sociedade de forma ética e responsável. O combate à exclusão digital, a valorização dos professores e a ampliação do financiamento educacional são fatores que devem ser priorizados para consolidar um sistema de ensino mais justo e inclusivo.

Por fim, a efetividade do Direito Educacional depende da constante fiscalização e da cooperação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O compromisso de todos os atores envolvidos na educação será

determinante para garantir que as normas legais sejam aplicadas de forma eficaz, assegurando um sistema educacional de qualidade e verdadeiramente inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. FUNDEB e financiamento da educação. Disponível em: <www.fnnde.gov.br>.
- MORAN, J. Novas Tecnologias e o futuro da educação. São Paulo: Papirus, 2019.
- SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.
- UNESCO. Educação e Direitos Humanos: perspectivas globais. Paris: UNESCO, 2020.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

COMPREENDENDO O AUTISMO: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO E PRÁTICAS INCLUSIVAS

MARIA DE LOURDES BARBOSA

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. O presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre o autismo, abordando suas características, formas de diagnóstico e práticas inclusivas. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, destacando a importância do suporte multidisciplinar e da educação inclusiva para a qualidade de vida das pessoas autistas.

Palavras-chave: Autismo, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão, Diagnóstico, Intervenção.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prevalência do TEA tem aumentado

significativamente nas últimas décadas. Esse aumento reflete tanto um maior entendimento sobre a condição quanto avanços nos métodos diagnósticos.

A sociedade tem discutido cada vez mais sobre a necessidade de inclusão e suporte para pessoas com TEA, destacando-se a importância do diagnóstico precoce, da intervenção multidisciplinar e da conscientização sobre a neurodiversidade. Este artigo visa esclarecer os principais aspectos do autismo, desde suas características até práticas inclusivas que favorecem a integração de indivíduos autistas na sociedade.

DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento. Ele é caracterizado por uma ampla variabilidade de manifestações, o que justifica a classificação em um espectro. Algumas características comuns incluem dificuldades na linguagem verbal e não verbal, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos.

Os sinais do autismo podem ser percebidos já nos primeiros anos de vida. Bebês com TEA podem apresentar menor contato visual, pouco interesse em interações sociais e atraso na fala. No entanto, os sintomas variam conforme o nível de suporte necessário, que pode ser classificado em leve, moderado ou severo.

Além disso, indivíduos com TEA podem apresentar sensibilidades sensoriais acentuadas, como intolerância a certos sons, texturas ou luzes. Essas sensibilidades podem gerar sobrecarga sensorial, levando a reações como crises de estresse ou isolamento.

DIAGNÓSTICO DO AUTISMO.

O diagnóstico do TEA é clínico e baseado em critérios estabelecidos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Normalmente, os primeiros sinais do autismo são observados nos primeiros anos de vida, quando as

crianças demonstram dificuldades na interação social e padrões de comportamento atípicos.

O diagnóstico precoce é fundamental para a intervenção adequada, contribuindo para o desenvolvimento e a qualidade de vida do indivíduo. Profissionais como pediatras, neurologistas e psicólogos são essenciais nesse processo, utilizando escalas de avaliação, entrevistas com familiares e observação do comportamento da criança.

É um processo complexo que envolve a observação do comportamento e a análise de desenvolvimento da criança. Embora não exista um teste único para diagnosticar o TEA, os sinais precoces podem ser observados em crianças ainda muito pequenas. Indicadores como a falta de contato visual, atraso na fala e interesse limitado por interações sociais são alguns dos primeiros sinais que podem ser identificados.

O diagnóstico definitivo geralmente ocorre em torno dos 2 a 3 anos, com base em avaliações realizadas por profissionais especializados, como psicólogos e psiquiatras. É importante ressaltar que o espectro autista é muito amplo, com indivíduos apresentando diferentes graus de apoio necessário, desde os que têm habilidades altamente desenvolvidas em algumas áreas até os que apresentam déficits significativos em várias habilidades.

AUTISMO E COMUNICAÇÃO.

Uma das características mais desafiadoras do TEA é a dificuldade de comunicação. Muitas pessoas com autismo apresentam atrasos na linguagem ou dificuldades para se expressar de maneira verbal. Além disso, a comunicação não verbal, como expressões faciais e gestos, também pode ser limitada ou inexistente. Isso dificulta a interação social e pode resultar em frustração tanto para a pessoa com autismo quanto para aqueles ao seu redor.

Existem diferentes métodos de comunicação alternativa que podem ser usados, como o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras) ou o uso de dispositivos de comunicação assistiva, que ajudam a facilitar a expressão de

necessidades e desejos. Além disso, terapias de linguagem focadas em melhorar a compreensão e a produção de linguagem são essenciais para o desenvolvimento de habilidades comunicativas.

INTERVENÇÃO E TRATAMENTO.

Não existe uma cura para o autismo, mas diferentes abordagens podem auxiliar no desenvolvimento das habilidades e na melhoria da qualidade de vida. As intervenções mais eficazes incluem terapia comportamental, terapia ocupacional, fonoaudiologia e apoio psicopedagógico.

O modelo de Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é amplamente utilizado para desenvolver habilidades sociais, cognitivas e comunicativas. Além disso, métodos como TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação) e a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) podem ser fundamentais para indivíduos não verbais.

A participação ativa da família no processo terapêutico é essencial para o progresso do indivíduo. O suporte emocional e a adaptação do ambiente podem ajudar na regulação emocional e no desenvolvimento de autonomia.

O tratamento do autismo pode variar dependendo das necessidades individuais, mas geralmente envolve uma combinação de terapias comportamentais, intervenções educacionais e terapias de integração sensorial. As terapias comportamentais, como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), são amplamente utilizadas para promover habilidades adaptativas e minimizar comportamentos desafiadores.

Além disso, terapias de integração sensorial ajudam a pessoa a lidar com hipersensibilidades sensoriais, como reações excessivas a sons, luzes ou toques. A utilização de tecnologias assistivas, como aplicativos e dispositivos de comunicação, também tem se mostrado eficaz no apoio ao aprendizado e à comunicação de indivíduos com TEA.

INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL.

A inclusão de alunos com TEA na escola regular é um direito garantido por lei em muitos países. Para que essa inclusão seja eficaz, é necessário adaptação curricular, formação de professores e apoio especializado.

A escola tem um papel fundamental na promoção de um ambiente acolhedor e acessível, garantindo o pleno desenvolvimento das potencialidades do aluno autista. Estratégias como ensino estruturado, uso de recursos visuais e rotinas bem definidas são eficazes para facilitar a aprendizagem e a adaptação.

Além do ambiente escolar, a inclusão social depende da aceitação e compreensão da sociedade. Campanhas de conscientização e políticas públicas inclusivas são fundamentais para garantir a igualdade de oportunidades para pessoas autistas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Apesar dos avanços, há desafios significativos para garantir uma vida plena e independente para as pessoas autistas. A falta de capacitação profissional, barreiras no acesso a serviços especializados e o preconceito ainda são obstáculos enfrentados por muitos.

Além disso, a transição para a vida adulta pode ser um grande desafio, especialmente no mercado de trabalho. Programas de empregabilidade inclusiva e suporte na inserção profissional são fundamentais para garantir a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos com TEA.

No entanto, o avanço das pesquisas e das políticas de inclusão apontam para um futuro mais igualitário e acessível. A tecnologia também tem desempenhado um papel importante, com aplicativos e dispositivos que auxiliam na comunicação e na aprendizagem.

AUTISMO NA VIDA ADULTA.

À medida que as pessoas com autismo envelhecem, surgem novos desafios, especialmente em relação à transição para a vida adulta. A adaptação

ao mercado de trabalho, a convivência em ambientes sociais mais amplos e a gestão de habilidades independentes são questões que exigem planejamento e apoio contínuo.

O apoio profissional e familiar permanece crucial ao longo da vida, para ajudar o indivíduo a lidar com as questões cotidianas e com as dificuldades sociais e emocionais. Além disso, a promoção da autonomia e a inclusão em atividades comunitárias são essenciais para que as pessoas com autismo possam levar uma vida plena e satisfatória.

AUTISMO E NEURODIVERSIDADE.

O conceito de neurodiversidade surgiu nas últimas décadas como uma forma de repensar a maneira como a sociedade enxerga as diferenças neurológicas, como o autismo, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), a dislexia e outros aspectos do funcionamento cerebral. O movimento da neurodiversidade propõe que essas variações no cérebro humano não devem ser vistas como doenças ou deficiências, mas como formas naturais de diversidade cognitiva. A ideia central é que a sociedade deve ser inclusiva, aceitando as diferenças neurológicas e reconhecendo as habilidades e potencialidades únicas de cada indivíduo.

No caso do autismo, o movimento neurodiverso argumenta que as pessoas com TEA possuem uma maneira distinta de perceber o mundo e interagir com ele, e que essa diferença não precisa ser corrigida, mas compreendida e respeitada. Para os defensores dessa perspectiva, o autismo não é uma condição a ser "curada", mas uma parte fundamental da identidade do indivíduo, que deve ser aceita com todas as suas características e desafios.

A IMPORTÂNCIA DA ACEITAÇÃO SOCIAL.

A aceitação do autismo dentro da perspectiva da neurodiversidade significa entender que pessoas autistas podem ter habilidades e talentos extraordinários, especialmente em áreas como atenção aos detalhes,

habilidades analíticas e memorização. Muitas vezes, indivíduos no espectro têm uma capacidade de foco e concentração excepcionais em áreas de seu interesse, como matemática, arte, música ou programação, o que pode ser um grande diferencial.

No entanto, devido ao estigma social e à falta de compreensão sobre as características do autismo, muitas pessoas com TEA enfrentam desafios significativos em seu dia a dia. Isso pode incluir dificuldades nas interações sociais, barreiras de comunicação, preconceito e discriminação, o que muitas vezes leva ao isolamento social e à baixa autoestima. A neurodiversidade propõe que, ao invés de tentar "curar" essas diferenças, a sociedade deve criar ambientes que respeitem as necessidades específicas de cada pessoa, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento, aprendizado e participação social.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES: A NECESSIDADE DE INCLUSÃO.

Embora a aceitação do autismo dentro do movimento de neurodiversidade seja crucial, ela não significa ignorar os desafios que muitas pessoas autistas enfrentam. A inclusão vai além da simples presença de uma pessoa com TEA em uma sala de aula ou ambiente de trabalho; ela implica em ajustes necessários para que o indivíduo possa funcionar da melhor forma possível dentro do seu contexto social e profissional.

A sociedade e as instituições educacionais e de trabalho precisam estar preparadas para oferecer suporte adequado, como ambientes sensoriais mais tranquilos, comunicação alternativa, adaptações nas tarefas e na interação social. Isso inclui a promoção de educação inclusiva, onde as diferenças são vistas como pontos de aprendizado e crescimento para todos os envolvidos, e não como obstáculos a serem superados.

AUTISMO E ESTIGMA: DESCONSTRUINDO MITOS.

O estigma associado ao autismo e às pessoas neurodiversas pode ser um grande obstáculo para a inclusão. A sociedade tradicionalmente tem encarado o autismo como algo negativo, uma condição a ser tratada e corrigida. Isso reflete uma visão da deficiência como algo que deve ser "eliminado", e não compreendido. No entanto, o movimento da neurodiversidade busca transformar essa perspectiva, enfatizando a importância da aceitação das diferenças e desafiando normas sociais que excluem ou marginalizam os indivíduos com TEA.

Um dos mitos mais prejudiciais sobre o autismo é o de que todas as pessoas no espectro têm limitações cognitivas ou comportamentais graves. Na realidade, o autismo é um espectro amplo, e as pessoas autistas variam enormemente em termos de habilidades e desafios. Algumas podem ter habilidades cognitivas médias ou altas, enquanto outras podem necessitar de apoio significativo. A compreensão de que o espectro autista inclui uma diversidade de experiências ajuda a combater o estigma e a promover um olhar mais inclusivo e respeitoso.

O PAPEL DA NEURODIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO E NO MERCADO DE TRABALHO.

Na educação, o movimento da neurodiversidade tem levado à implementação de abordagens mais personalizadas, respeitando o ritmo e as necessidades de cada aluno, ao invés de tentar forçá-lo a se adaptar a um sistema educacional padronizado. As escolas que adotam práticas inclusivas promovem o entendimento das diferenças neuro cognitivas e ensinam os alunos a trabalharem com essas diferenças, ao invés de verem o autismo como algo a ser superado.

No mercado de trabalho, a neurodiversidade também tem gerado uma mudança importante. Empresas estão começando a reconhecer que indivíduos autistas podem ser altamente eficazes em tarefas que exigem atenção aos detalhes,

lógica, capacidade de processamento de dados e tarefas repetitivas. Empresas como Microsoft, SAP e outros gigantes da tecnologia têm recrutado pessoas com autismo, criando ambientes de trabalho que oferecem suporte adequado, como ajustes no espaço físico e horários de trabalho flexíveis. Ao fazer isso, elas não apenas aproveitam as habilidades únicas desses indivíduos, mas também contribuem para a inclusão social e a valorização da diversidade cognitiva.

A NEURODIVERSIDADE COMO MOVIMENTO SOCIAL

Além de ser uma abordagem individual para o autismo, a neurodiversidade também é um movimento social e político. Ele busca mudanças estruturais na sociedade, para que as diferenças neurológicas sejam respeitadas e aceitas em todos os níveis: educacional, social e profissional. A luta da neurodiversidade é por igualdade de oportunidades, por um mundo onde a diversidade cognitiva seja vista como uma riqueza, e não como um obstáculo a ser superado.

O movimento também apoia a criação de políticas públicas que garantam o acesso a serviços de saúde, educação e trabalho para pessoas com TEA, sem que essas pessoas sejam discriminadas ou excluídas devido à sua neurodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um desafio multifacetado que impacta não apenas os indivíduos diagnosticados, mas também suas famílias, educadores e a sociedade em geral. Ao longo deste estudo, exploramos as características do TEA, suas implicações no desenvolvimento infantil e as estratégias educacionais que visam promover a inclusão e o aprendizado significativo dessas crianças.

Observamos que a inclusão efetiva de alunos com autismo no ambiente escolar requer uma abordagem holística, que engloba a formação contínua dos professores, a adaptação curricular e o fortalecimento da parceria entre escola e família. Conforme destacado por Araújo (2020), muitos educadores ainda enfrentam dificuldades devido à falta de preparo adequado e à carência de recursos nas instituições de ensino, o que compromete a qualidade da educação inclusiva. maceio.al.gov.br

Além disso, a literatura aponta para a necessidade de desenvolver estratégias pedagógicas que considerem as particularidades de cada aluno com TEA, promovendo um ambiente de aprendizagem que respeite suas necessidades individuais e potencialize suas habilidades. A pesquisa de Chagas (2018) enfatiza a importância de capacitar os professores para compreender e atender às especificidades dessas crianças, ressaltando a relevância da colaboração entre educadores e familiares nesse processo. [Repositório UTFPR](#)

Diante do exposto, é imperativo que políticas públicas sejam implementadas ou aprimoradas para oferecer suporte adequado às escolas, garantindo recursos materiais e humanos que viabilizem a inclusão efetiva. Além disso, futuras pesquisas devem focar na avaliação de práticas inclusivas já existentes, buscando identificar e disseminar metodologias que tenham demonstrado eficácia no atendimento a alunos com autismo.

Em suma, a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva passa pelo reconhecimento e valorização da diversidade humana. O compromisso coletivo de educadores, famílias, pesquisadores e gestores é essencial para assegurar que crianças com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas singularidades e promova seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

• **AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION.** *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)*. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

□ **ANDRADE, A. A.; TEODORO, M. L. M.** Família e autismo: uma revisão da literatura. *Contextos Clínicos*, v. 5, n. 2, 2012.

□ **BORGES, A. A. P.; AMARAL, L. P. B.** A circulação do conceito de autismo no Brasil. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 18, e11206, 2023.

□ **BORGES, V. M.; AZEVEDO MOREIRA, L. M.** Transtorno do espectro autista: descobertas, perspectivas e Autism Plus. *Journal of Medical and Biological Sciences*, v. 17, n. 2, p. 230–235, 2018.

□ **BRASIL.** Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Toda_Matéria+3Todas_as_Respostas+3Todas_as_Respostas+3

□ **GALATER, E.; RODRIGUES, M. E.** Autismo: desafios e perspectivas. *TUIUTI: Ciência e Cultura*, v. 10, especial, p. 117-143, 2024.

□ **GRANDIN, T.** *Thinking in Pictures: and Other Reports from My Life with Autism*. New York: Vintage, 2006.

□ **MELLO, A. M.; RODRIGUES, O. M. P.** Literatura científica brasileira sobre transtornos do espectro autista. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 56, n. 5, 2010.

□ **MAS, N. A.** Transtorno do espectro autista: história da construção de um diagnóstico. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

□ **OLIVEIRA, E. P.; DINIZ, N. L. F.; VALADARES, E. R.** Autismo: reflexões teóricas e práticas. *Apae Ciência*, v. 14, n. 2, p. 16-23, 2020.

□ **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.** *Classificação Internacional de Doenças (CID-11)*. Genebra: OMS, 2019.

□ **SANTOS, M. E. A.; ALVES, L. F. C.** A produção científica brasileira sobre autismo na psicologia nos anos de 2013 a 2020. *Fórum Regional de Pesquisa e Intervenção (FOR-PEI)*, n. 2, 2020.

□ **SCHWARTZMAN, J. S.** *Autismo: uma abordagem biológica e psicológica*. São Paulo: Memnon, 2016.

- **SILVA, D. F.; SOUZA, M. P.** Transtorno do espectro autista e inclusão escolar: uma revisão sistemática. *Revista Sustinere*, v. 9, n. 1, 2021.
- **SILVA, K. L.** *Autismo e inclusão escolar: desafios e possibilidades*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- **VIANA, A. C. V. et al.** Autismo: uma revisão integrativa. *Saúde Dinâmica*, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2020.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

CONTRIBUIÇÕES DA LUDICIDADE E JOGOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

SIMONE GONÇALVES FREITAS

Eixo: LUDICIDADE

Resumo

A política educacional, o currículo e a prática pedagógica articulam os trabalhos educacionais realizados pela escola e pela família, o desenvolvimento da sociedade moderna corresponde ao processo em que a educação passa do ensino individual ministrado no espaço doméstico por preceptores privados para o ensino coletivo ministrado em espaços públicos denominados escolas, assim, a educação sistematizada própria das instituições escolares tende a se generalizar impondo, em consequência, a exigência de se sistematizar também o funcionamento dessas instituições, dando origem aos sistemas educacionais organizados, no âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão,

Palavras – chaves: Ludicidade, Práticas Pedagógicas

ABSTRACT:

That educational policy, curriculum and pedagogical practice articulate the educational work carried out by the school and the family, the development of modern society corresponds to the process in which education passes from individual teaching given in the domestic space by preceptors for the collective teaching given in public spaces called schools, thus, the systematized education proper to school institutions tends to become generalized, imposing, as a consequence, the requirement to also systematize the functioning of these institutions, giving rise to organized educational systems, within the scope educational, democratic management has been defended as a dynamic to be implemented in school units, aiming to guarantee collective processes of participation and decision,

Key words: Democratic Management, Pedagogical Practice

1 INTRODUÇÃO

A implantação de um projeto de ludicidade que vise a ruptura com modelos tradicionais de gerenciamento e impõe mudanças no âmbito das escolas e dos sistemas de ensino, a proposta de uma política democrática na educação é uma luta antiga que os educadores travam contra os

modelos autoritários de gestão, entre as décadas de 1960 à 1980 o tema da participação e da democratização da gestão escolar.

Segundo GADOTTI (2001) nessa época, “experiências isoladas de gestão colegiada de escolas sempre existiram, mas não tiveram um impacto maior sobre os sistemas de ensino”. Ainda na década de 1980, o tema relacionado a democratização da gestão foi muito debatido na luta pela constituinte de 1988, data da promulgação da Constituição Brasileira que consagrou o princípio da “gestão democrática do ensino público”.

Na década de 1990, a gestão da escola e em especial o trabalho do gestor escolar também passou a ser objeto de debate entre os diferentes setores sociais. Os debates, embora não afinados a mesma perspectiva teórica e política, convergem, contudo, na importância atribuída à gestão da escola como instrumento para a promoção da qualidade na educação. várias reformas educacionais implementadas desde a década de 1990, em vários países, pretenderam “modernizar” os sistemas educativos, o discurso da modernização das escolas não colocava em questão apenas sua eficácia; questionava de fato, os princípios e finalidades da educação, em especial o seu caráter público e democrático.

Segundo FREIRE (2001) de nada adiantaria uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se o gestor, professores, alunos, e demais

atores do processo desconhecem o significado político da autonomia. , o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva, nesta perspectiva, efetivar uma gestão democrática implica na participação de todos os segmentos da comunidade escolar levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola.

DESENVOLVIMENTO

As atividades lúdicas constitui uma das opções mais relevantes para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança, visa considerar as múltiplas diversidades e possibilidades que as brincadeiras e os jogos oferecem às crianças quanto ao seu desenvolvimento de linguagem e a reconstituição da atividade adulta e imitação, ambas calcadas na realidade de forma que auxilia a criança a dominar a realidade e mediação pela linguagem, aprendizagem de regras, desenvolvimento do autocontrole e criação de interações voluntárias.

A formação de planos e motivações volitivas (traços essenciais para o desenvolvimento da consciência e das formas superiores de pensamento), desenvolvimento da autonomia, do raciocínio e da capacidade de fazer inferências e observações, gerando a construção do próprio conhecimento, motivação e prazer a Psicologia e da Pedagogia, as evidências neurocientíficas comprovam o aumento das conexões entre as células cerebrais.

Um ambiente saudável torna-se compatível com a realidade da criança, tornando a aquisição das informações, em sua forma lúdica, mais permanente e a aprendizagem mais célere quando a criança brincar, o papel da escola, torna-se, portanto, indispensável entender o brincar na escola, com todas suas atividades lúdicas, como um mecanismo técnico, pedagógico e profissional de se alcançar as mais importantes condições da evolução e integração do educando ,o respeito as regras, organização com o material, o meio onde ela está inserida e o educador por fim, para os professores e educadores, as mediações, com o emprego dos estudos da Psicologia, da Educação,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é preciso que a escola repense urgentemente o seu papel em busca de formar cidadãos críticos, participativos e atuantes, orgulhosos de seu saber, capazes de solidarizar com o mundo exterior e serem capazes de enfrentar o mundo do trabalho como realização profissional através de atitudes de humanização e respeito ao próximo.

Pensando em um modelo de escola democrática, gestores e docentes devem proporcionar um espaço de interação de saberes e delegação de poder em prol da aprendizagem significativa do aluno, pensar o trabalho coletivamente

significa construir mediações capazes de garantir que os obstáculos não se constituam em imobilismo, que as diferenças não sejam impeditivas da ação educativa coerente, responsável e transformadora.

Esse contexto relacional implica em buscar o objetivo comum que é o desenvolvimento integral do aluno e do sucesso da escola através da implantação de um Projeto Político Pedagógico que traduza os interesses e anseios coletivos. com este olhar que procuramos compreender a ação pedagógica do gestor escolar, através do reconhecimento que a educação é essencialmente um ato de conhecimento e conscientização, mas que por si só, não leva uma sociedade a se libertar dos mecanismos opressores que norteiam a sociedade em gestação, para tanto, é necessário que o gestor assuma uma postura de compromisso aderindo o desafio da diversidade a serviço da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. (12/08/22)

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96. Rio de Janeiro: 1998. BRASIL, Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Ementa Constitucional n. 20, de 15-12-1988. 21. Ed. São Paulo: Saraíva, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

A NEUROPSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

SIMONE GONÇALVES FREITAS

Eixo: Educação Inclusiva

Resumo

As causas da não aprendizagem têm despontado na lista dos principais problemas enfrentados pela escola da atualidade, um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem, são identificadas ainda na educação infantil, e se não houver uma intervenção eficaz, essas dificuldades se estenderão para o ensino fundamental e, possivelmente, por toda vida estudantil da criança. Assim, objetiva analisar de que forma as dificuldades de aprendizagem que surgem na educação infantil podem contribuir para a construção do fracasso na vida escolar da criança, caso não haja uma intervenção eficiente.

Palavras-chave: Aprendizagem. Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia.

ABSTRACT:

The causes of non-learning have emerged in the list of the main problems faced by school today, a significant number of children with learning difficulties, are still identified in early childhood education, and if there is no effective intervention, these difficulties will extend to teaching fundamental and possibly for the entire student life of the child. Thus, it aims to analyze how the

learning difficulties that arise in early childhood education can contribute to the construction of failure in the child's school life, if there is no efficient intervention.

Keywords: Learning. Neuropsychopedagogy, Psychopedag

2 INTRODUÇÃO

A tarefa de educar dentro da modernidade tem exigido de seus educadores cada vez mais esforços para atender a demanda que lhe é proposta, desde uma boa preparação teórica, ou seja, sua formação, até a incessante busca de atualização profissional e dedicação ao seu trabalho.

A escola da contemporaneidade é o espaço da diferença e da confluência de culturas e da diversidade este quadro social, a ampliação dos saberes e das práticas educativas com vistas à identificação dos problemas de aprendizagem escolar na pré-escola e as possíveis intervenções especializadas, que levem a recuperação de aprendizagens fragilizadas e evitem um fracasso escolar nas séries futuras, configuram-se como questões fundamentais nas discussões epistemológicas da educação.

No campo interventivo, a psicopedagogia desponta como campo epistemológico do saber, advindo da leitura integrada entre pedagogia, psicologia, psicopedagogia e trabalho clínico, a relação estabelecida entre o cérebro e a aprendizagem, como vias dúbias no processo cognitivo, seus estudos abrangem um vasto conhecimento das bases neurológicas da aprendizagem e do comportamento humano, por meio de estímulos contextuais que deem respostas positivas ao processo de formação do indivíduo, tomando como foco as relações intrínsecas entre atenção, funções motoras, linguagem, memória, cognição e aspectos emocionais, psicológicos e cerebrais

A natureza do ser humano é marcada pela individualidade e “cada criança é diferente, mas se detectada precocemente e devidamente ajudada, pode vir a ser um adulto sem problemas” (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 01).

Partindo desta realidade, entende-se que todos os alunos são diferentes, tanto em capacidades, quanto em motivações, interesses, ritmos evolutivos e estilos de aprendizagem; e todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas, contextuais e relativas, por isso é necessário intervir no processo de ensino e aprendizagem, considerando que a criança constrói.

Mediante a emergência da educação na atualidade, o estudo foi realizado como meio de constatar se a mesma pode direcionar de forma eficaz a aprendizagem infantil, tendo também em vista a necessidade de refletir sobre a urgência de disseminar suas potencialidades, fundamentando a pesquisa educacional baseada em metodologia científica.

Este estudo justifica-se pela relevância dada ao trabalho docente e às dificuldades de aprendizagem na pré-escola, buscando construir um referencial teórico reflexivo para o pensar e o repensar às práticas e ações neste âmbito, contribuindo, assim, para que as intervenções psicomotoras sejam compreendidas, planejadas, articuladas e desenvolvidas, como fator positivo no desenvolvimento integral da criança atendida por esse segmento da Educação Infantil, pois segundo Smith e Strick (2001, p. 30),

“as condições [...] na escola, na verdade, podem fazer a diferença entre uma leve deficiência e um problema verdadeiramente incapacitante”.

É na educação infantil, a base da aprendizagem escolar, que aspectos determinantes na vida escolar da criança são definidos um ensino de qualidade, comprometido pela aprendizagem sólida é tarefa atribuída à escola que dentro de seus diferentes tempos e espaços deve agregar conceitos que promovam uma educação ao alcance de todos, compreendendo que esta dimensão é composta pela diferença de ritmos e estilos de aprendizagem, modos culturais diversos e condições sócio históricas que podem favorecer a um quadro de ineficiência às demandas do ensino.

Com trabalhos reconhecidos neste campo do conhecimento, Fonseca (1995, p. 43) e Smith e Strick (2001, p. 15) apontam para conceitos de Dificuldades de Aprendizagem, que se coadunam, respectivamente:

[...] uma desarmonia no desenvolvimento, normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica; e que traduz uma irregularidade biopsicossocial do desenvolvimento global e dialético da criança, que normalmente envolve na maioria dos casos: problemas de lateralização, de praxia ideomotora, deficiente estruturação perceptivo-motora, dificuldades de orientação espacial e sucessão temporal e psicomotora, que impede a ligação entre os elementos constituintes da linguagem e as formas concretas de expressão que os simbolizam.

[...] dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos destas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto por seus ambientes domésticos e escolares.

Na perspectiva de Correia e Martins (2006), nas series iniciais da educação infantil, as dificuldades de aprendizagem são identificadas em crianças que não conseguem alcançar resultados proporcionais aos seus níveis de idade e capacidade numa ou de sete áreas específicas, mesmo que esteja sendo estimulada pelo trabalho da escola e da família, neste caso, portanto, há a presença de dificuldade de aprendizagem acentuada, o que suscita uma intervenção pedagógica específica. Correia e Martins (2006) *apud* Arranca (2007, p. 10) apontam para as principais dificuldades de aprendizagem identificadas ainda na pré-escola:

- dislexia com dificuldade no processamento da linguagem, cujo impacto se reflete na leitura e na escrita;
- displaxia com dificuldade de planificação e coordenação motora;

- disgrafia com a dificuldade na escrita;
- discalculia com a dificuldade de realização de cálculos matemáticos;
- discriminação auditiva com a capacidade ou não de perceber as diferenças entre sons;
- dificuldades de percepção visual como as dificuldades de observar pormenores e dar significado ao que é observado;
- desordem por déficit de atenção e hiperatividade que caracterizada por diferentes estados de desatenção e impulsividade condicionam a aprendizagem.

As dificuldades da aprendizagem que surgem na educação infantil apresentam características próprias, que requerem um estudo e intervenção diferenciada daquela direcionada às crianças maiores, as quais frequentam os níveis mais avançados da educação básica, como o ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador deve buscar conhecer seu aluno para que saiba como cada um aprende e compreende os mecanismos de assimilação do conhecimento, e a partir daí, procurar meios e recursos que envolvam as possibilidades de aprendizagem de cada criança, intervindo nas situações de maior dificuldade que ela apresentar, através de estratégias dinâmicas, que atendam a todas, de forma democrática e inclusiva.

As múltiplas competências docentes devem ser construídas por meio de uma formação polivalente, que permita o desenvolvimento de uma prática pedagógica favorável à aprendizagem dos alunos, "[...] comprometida com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das

crianças, assim como as questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagens infantis". (BRASIL, 1v., p. 41).

O olhar atento e perspicaz, tanto do profissional docente como do psicopedagogo, deve orientar as crianças pelos variados caminhos de aprendizagem, motivando-as, criando e recriando os sentidos da aprendizagem, de modo a superar as dificuldades e promover uma aprendizagem de forma ajustada, assegurando o desenvolvimento de atitudes, de criticidade, diálogo, descoberta e inserção no mundo.

"A paciência, o apoio e o encorajamento prestado pelo professor serão com certeza os impulsionadores do sucesso escolar do aluno, abrindo-lhe novas perspectivas para o futuro" (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 23), pois quando os professores são destituídos de uma bagagem de referências que os capacitem a desenvolverem uma prática pedagógica intencional, que atenda as necessidades das crianças com dificuldades de aprendizagem, eles podem representar um grande problema de ordem sociocultural, na medida em que suas ações ineficazes não potencializam aprendizagens significativas, aumentando ainda mais o problema da criança

REFERÊNCIAS

BLAKEMORE, S. J.; FRITH, U. **O cérebro que aprende**. Lisboa: Gradiva, 2009.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Contribuições a Partir da Prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

_____. Decreto n. 6.571/2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da lei n. 9.394, de 20

de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008. 1 p.

_____. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: Introdução**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Coleção Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão).

CORREIA, L. M.; MARTINS, A. P. **Dificuldades de aprendizagem: que são? Como entendê-las?** Porto: Porto Editora, 2006.

FONSECA, V. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: ArtMed, 1995.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldade de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

e-ISSN: 2675-1186

O PAPEL DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

SIMONE GONÇALVES FREITAS

Eixo: JOGOS PEDAGÓGICOS

Resumo

Este artigo analisa o impacto dos jogos pedagógicos no desenvolvimento das crianças na educação infantil, pesquisa revisa diversas fontes acadêmicas e práticas educacionais para destacar os benefícios e desafios associados ao uso de jogos na sala de aula. Os jogos pedagógicos são reconhecidos como ferramentas eficazes para promover o aprendizado significativo, estimular habilidades cognitivas, sociais e emocionais, e motivar o engajamento dos alunos. Além disso, eles proporcionam um ambiente lúdico que favorece a experimentação, a criatividade e a resolução de problemas

Palavras – chaves: Ludicidade, Jogos Pedagógicos, Educação Infantil

ABSTRACT:

This article analyzes the impact of educational games on the development of children in early childhood education, research reviews several academic sources and educational practices to highlight the benefits and challenges associated with the use of games in the classroom. Pedagogical games are recognized as effective tools to promote meaningful learning, stimulate cognitive, social and emotional skills, and motivate student engagement. Furthermore, they provide a playful environment that encourages experimentation, creativity and problem solving.

Keywords: Playfulness, Pedagogical Games, Early Childhood Education

1 INTRODUÇÃO

Os jogos pedagógicos são mais do que simples entretenimento; eles são instrumentos essenciais para a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, também são discutidos desafios como a seleção adequada de jogos para cada faixa etária, a integração dos jogos ao currículo escolar e a necessidade de formação contínua dos educadores para maximizar os benefícios dessas práticas.

Enfatiza a importância dos jogos pedagógicos como estratégia educacional na educação infantil, destacando a necessidade de um uso criterioso e planejado para potencializar seus impactos positivos no aprendizado e no desenvolvimento das crianças abrange os principais pontos que um artigo sobre jogos pedagógicos na educação infantil poderia abordar.

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, influenciando não apenas seu aprendizado acadêmico, mas também seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Nesse contexto, os jogos pedagógicos têm se destacado como uma ferramenta poderosa e eficaz para promover o desenvolvimento infantil de maneira significativa e estimulante.

Os jogos pedagógicos são atividades estruturadas e planejadas que, além de entreter, têm o objetivo de estimular o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho em equipe nas crianças, proporcionar um ambiente lúdico e desafiador, esses jogos não apenas incentivam a aprendizagem ativa, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta o papel dos jogos pedagógicos no desenvolvimento infantil, examinando sua importância, benefícios e desafios.

DESENVOLVIMENTO

A educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, influenciando não apenas seu aprendizado acadêmico, mas também seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional., os jogos pedagógicos têm se destacado como uma ferramenta poderosa e eficaz para promover o desenvolvimento infantil de maneira significativa e estimulante.

Os jogos pedagógicos são atividades estruturadas e planejadas que, além de entreter, têm o objetivo de estimular o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho em equipe nas crianças ao proporcionar um ambiente lúdico e desafiador, esses jogos não apenas incentivam a aprendizagem ativa, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida adulta.

O papel dos jogos pedagógicos no desenvolvimento infantil, examinando sua importância, benefícios e desafios além disso, discutiremos estratégias eficazes para integrar jogos pedagógicos de forma significativa ao currículo da educação infantil, considerando aspectos como a seleção adequada de jogos, a participação dos educadores e a criação de ambientes propícios ao aprendizado por meio do jogo.

Compreender melhor o impacto positivo dos jogos pedagógicos no desenvolvimento infantil, poderemos explorar formas inovadoras de promover experiências educativas enriquecedoras e estimulantes para as crianças,

preparando-as para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com habilidades sólidas e uma base sólida de aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos pedagógicos desempenham um papel crucial no desenvolvimento infantil, pois oferecem oportunidades para as crianças aprenderem de forma lúdica e engajada. algumas considerações finais sobre o papel desses jogos permitem que as crianças assimilem conceitos de forma significativa, relacionando o aprendizado com experiências concretas e vivências pessoais.

No desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais, proporcionando um ambiente propício para a exploração e o desenvolvimento integral da criança a natureza lúdica dos jogos pedagógicos aumenta a motivação e o engajamento das crianças no processo de aprendizagem, tornando-o mais prazeroso e eficaz.

Promover a inclusão e valorizar a diversidade, oferecendo experiências educativas que atendam às necessidades e interesses de todas as crianças, independentemente de suas características individuais através dos jogos, as crianças aprendem a trabalhar em equipe, a desenvolver habilidades de

comunicação e a lidar com desafios de forma colaborativa, contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais importantes.

Considerando esses aspectos, os jogos pedagógicos são uma ferramenta poderosa para promover um ambiente educativo estimulante e eficaz contribuindo significativamente para o desenvolvimento saudável e integral das crianças

REFERÊNCIAS

Jean Piaget: "O jogo é a atividade mais elevada da infância, pois é a expressão do pensamento criativo e da imaginação, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo da criança."

Lev Vygotsky: "O brincar é a zona de desenvolvimento proximal da criança, onde ela pode agir além de seu nível de desenvolvimento real, adquirindo novas habilidades e conhecimentos de forma lúdica e natural."

Maria Montessori: "Os jogos pedagógicos são ferramentas essenciais para o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança da criança, estimulando sua curiosidade e desejo de aprender."



FAUESP

Paulista - Universidade da Grande São Paulo

UNIFICADA

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP



SL EDITORA